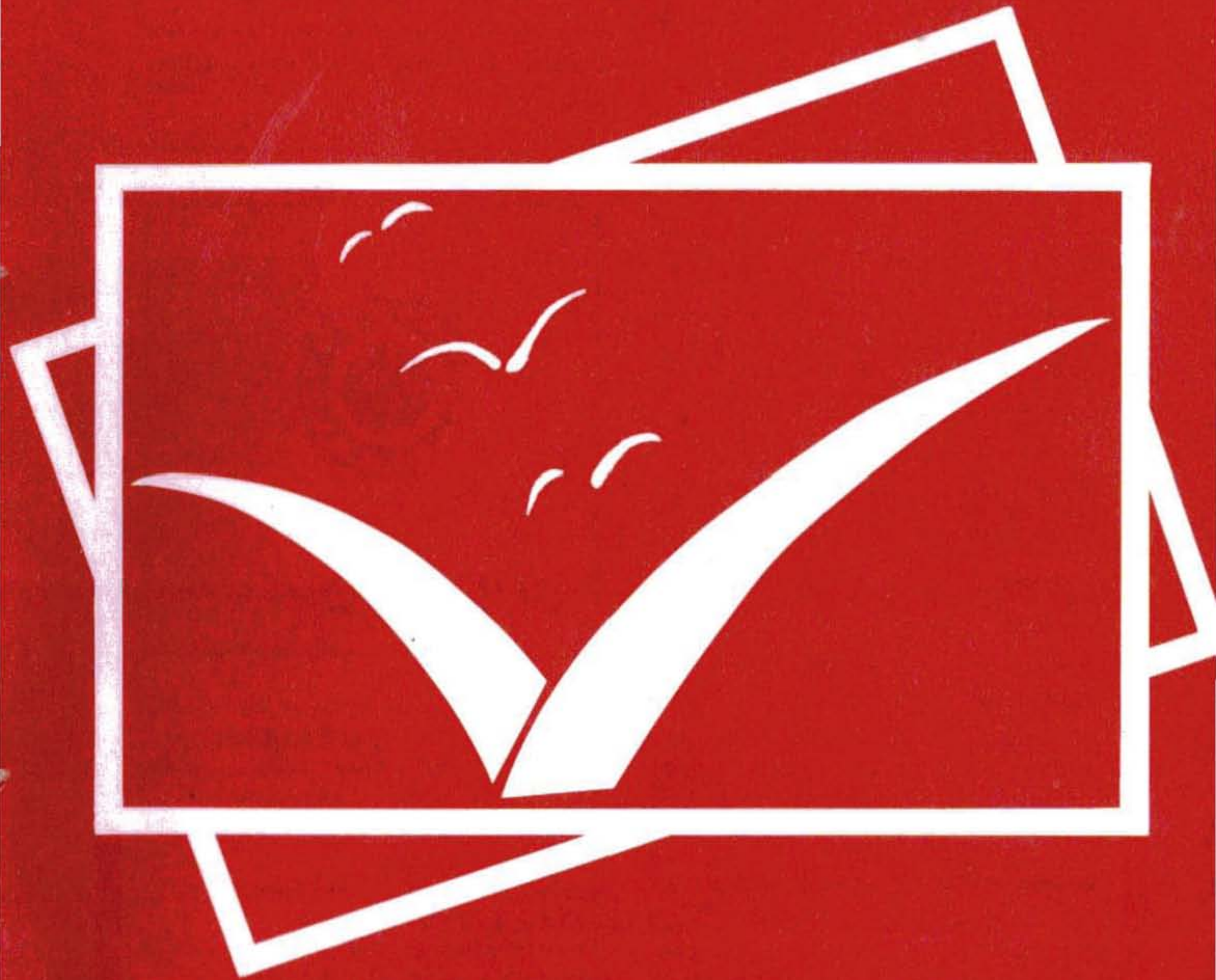


convergência

JUN — 1980 — ANO XIII — Nº 133



- **VIDA RELIGIOSA E EUCARISTIA**
Dom Estêvão Tavares Bettencourt, OSB — página 259
- **TENSÃO ORAÇÃO E TRABALHO**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 271
- **MISSÃO PAROQUIAL DE UMA FRATERNIDADE**
Ir. Jeanne Marie Tierny, OSU — página 287

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 420,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
Exterior: aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 42,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211
Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600
Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembleia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a COMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO". Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e força de transformação. (2º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3º)

Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diver-
sões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-
P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	257
VIDA RELIGIOSA E EUCARISTIA	
Dom Estêvão Bettencourt, OSB	259
TENSÃO ORAÇÃO E TRABALHO	
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	271
DIMENSÃO SOCIAL	
DA INSERÇÃO DOS RELIGIOSOS	
NO MEIO POPULAR	
Pe. Matias Martinho Lenz, SJ	276
MISSÃO PAROQUIAL DE UMA	
FRATERNIDADE RELIGIOSA	
Ir. Jeanne Marie Tierny, OSU	287
O COMPROMISSO POLÍTICO	
DO RELIGIOSO	
Fr. Bernardino Leers, OFM	297
COMUNICAÇÃO	
DE EXPERIÊNCIAS	
LIVROS NOVOS	

EDITORIAL

O calendário litúrgico situa a comemoração do Apóstolo Pedro no dia 29 de junho. Na tradição cristã a celebração da memória de Pedro — chefe do Colégio dos Apóstolos — veio a ser também o dia do Papa — o chefe do Colégio dos Bispos, como sucessor de Pedro. Para a Igreja do Brasil esta celebração adquire um sentido especial neste ano, com a **Visita de João Paulo II** ao nosso país.

O significado que esta visita reveste e a alegria que ela causa aos brasileiros têm sua origem na função que o Papa desempenha no seio da Igreja Universal e naquilo que sua pessoa significa para o povo de Deus: Como Pedro, o Papa é constituído Pastor de toda a Igreja, fundamento da unidade de fé e comunhão, sacramento da universalidade e catholicidade.

Na Igreja, por vontade expressa de Cristo, toda autoridade é fundamentalmente, e antes de tudo, um serviço. O serviço é a essência mesma de toda a missão da Igreja. As visitas que o Papa vem realizando a várias Igrejas Particulares espalhadas pelo mundo, têm também este cunho do serviço, isto é, constituem uma forma concreta de dar cumprimento à sua missão de Pastor Universal. Elas são por isto mesmo, à semelhança da visita que Deus fez a seu povo na pessoa

histórica de Jesus de Nazareth, um anúncio da Boa Nova, uma visita de salvação e da libertação.

Precisamente por isto, os católicos do Brasil se alegram na perspectiva desta visita e na esperança de que ela seja para todo o povo como um fermento que faça crescer entre nós a justiça e a fraternidade. Na esperança de que ela ajude a construir um mundo sempre melhor para todos, onde o respeito à dignidade do homem seja expressão e visibilização do respeito a Deus e a seu desígnio de salvação universal. **Convergência** quer unir-se às alegrias e à esperança de todo o povo brasileiro que se abre para acolher o Papa — Peregrino do Evangelho e mensageiro da Paz.

A visita de João Paulo II ao nosso país está também relacionada com outro acontecimento importante para a Igreja do Brasil: a celebração do **X Congresso Eucarístico Nacional**, a realizar-se em Fortaleza, e cuja abertura contará com a presença de Sua Santidade. O artigo de **D. Estêvão Tavares Bettencourt, OSB**, quer ajudar os religiosos e religiosas, nesta vigília do Congresso, a refletir sobre a Eucaristia e seu significado para a Vida Consagrada. “Viver a Eucaristia — nos recorda o autor — é procurar preparar o mundo para a sua consumação.”

O **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**, oferece aos leitores de *Convergência*, neste mês de junho, novo artigo sobre a temática da oração, tão importante na Vida Religiosa. A tensão oração e trabalho, que os religiosos e religiosas de hoje conhecem e experimentam de maneira aguda no seu cotidiano, é vista e analisada pelo autor como "um problema realmente sério. E que não pode ser resolvido senão numa perspectiva de fé profunda. E esta fé, que cria condições de possibilidade para a solução, não é resultado só, nem principalmente, de atos de nossa vontade. Ela é graça e dom do Senhor".

Dando continuidade ao seu propósito de oferecer às Comunidades Religiosas subsídios de reflexão referentes à temática da XII AGO, que lhes permitam assumir e viver este acontecimento significativo para a Vida Religiosa no país, **Convergência** focaliza este mês o subtema da inserção dos Religiosos nos meios populares, numa seqüência de artigos de especial interesse.

O **Pe. Matias Martinho Lenz, SJ**, analisa com grande profundidade e clareza a dimensão social desta inserção. Seu artigo está baseado na experiência vivida por um setor considerável de Religiosos e Religiosas do Brasil.

"A Missão Paroquial de uma Fraternidade Religiosa" é descrita pela **Ir. Jeanne Marie Tierny, OSU**, que partilha com os leitores a experiência pastoral de sua

comunidade nestes últimos anos, na Igreja Particular de Ilhéus. O objetivo do grupo é assim apresentado pela autora: "Queremos ser presença feminina de pessoas consagradas a Deus, a serviço das famílias.

Um dos aspectos mais conflitantes da inserção dos Religiosos nos meios populares é o seu compromisso político. **Frei Bernardino Leers, OFM**, com sua conhecida capacidade de abordar temas desta natureza, nos oferece uma rica reflexão, argumentando a partir de Puebla e do seu posicionamento face ao problema. E nos lembra: "que a dualidade de religioso e cidadão em uma só pessoa crie conflitos é quase inevitável na situação atual. A solução não está numa simples distinção entre política e política; nem há lei geral ou casuística engenhosa que possa resolver o problema pessoal. A atitude a tomar passa pela leitura crítica da situação complexa e atual, dos documentos do magistério e das qualidades pessoais para uma decisão responsável diante do povo e da Igreja de Deus."

Na linha da comunicação de experiências, a **Ir. Anne Caroline Wihbey**, descreve para os leitores de **Convergência** a Campanha de educação popular sobre a saúde, realizada em S. Luís do Maranhão e que "cresceu entre o povo, atraindo também vários agentes de saúde".

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

VIDA RELIGIOSA E EUCARISTIA

“A celebração eucarística, centro da sacramentalidade da Igreja e presença mais plena de Cristo no meio da humanidade, é o centro e o ponto culminante de toda a vida sacramental”.

Dom Estêvão Tavares Bettencourt, OSB

Rio de Janeiro, RJ

Por ser Ano Eucarístico no Brasil, o ano de 1980 leva-nos a refletir mais uma vez sobre o significado da S. Eucaristia em nossa vida consagrada ao Senhor. Este tema volta, de certo modo, todos os dias à consideração do(a) Religioso(a) não obstante, é de riqueza inesgotável, pois vem a ser o âmago da espiritualidade de todo Religioso. Nada pretendemos dizer de essencialmente novo nas páginas

subseqüentes; apenas intencionamos pôr em novo relevo perenes verdades, que poderão ser úteis à meditação e à vivência dos Religiosos em nossos dias.

Consideraremos, à guisa de embasamento geral, a função da Eucaristia na vida cristã; após o que, nos deteremos diretamente sobre a Vida Religiosa em três de seus aspectos: o comunitário, o pessoal e o escatológico.

1. EUCARISTIA, CENTRO DA VIDA CRISTÃ

Pode-se dizer que a grande novidade do Cristianismo no contexto da história das Religiões consiste em que Jesus Cristo não veio apenas pregar uma doutrina ou uma

sabedoria apta a levar os discípulos à Divindade pelo caminho da ética, mas veio anunciar aos homens a comunhão com Deus e convidar todos à participação na vida

divina. Com outras palavras: o Cristianismo não é mera escola em que os interessados aprendam quem é Deus e como a Ele possam chegar por uma purificação moral, mas é inserção do homem em Cristo, para que, mediante Cristo, caminhe para o Pai no Espírito Santo.

Ora esta inserção se faz, por excelência, mediante os sacramentos... sacramentos que, sem dúvida, supõem o anúncio da Boa-Nova e a aceitação da mesma numa atitude de fé⁽¹⁾. Não há cristão propriamente dito sem Batismo, e não há fiel que, por seu Batismo mesmo, não seja encaminhado à Eucaristia. Esta é o centro da vida sacramental; por conseguinte, é o centro da vida cristã.

Com efeito, a Eucaristia torna presente ao cristão, todos os dias, a Páscoa do Cristo, ou seja, a Paixão e Morte do Senhor e a sua vitória sobre a morte. Isto quer dizer ainda: ela torna presente a obra pela qual o Senhor Deus quis recriar o homem após o pecado. E, assim perpetuando a Páscoa, ela proporciona ao cristão a ocasião de participar da mesma como sacerdote (que oferece) e como hóstia (que é oferecida ou que se oferece). Ora nada existe de mais importante para o cristão do que tal dom do Senhor. Tudo o que o discípulo

de Cristo faça tanto no plano contemplativo (oração, interiorização) como no plano ativo (trabalho profissional, ação evangelizadora, promoção social...) há de ser a irradiação da Páscoa de Cristo participada mediante a Eucaristia.

É de notar outrossim que, associando o cristão ao Cristo Re-criador do homem, a Eucaristia o faz também membro do Corpo de que Cristo é a Cabeça. Isto significa que a Eucaristia tem uma dimensão eclesial; ela une o cristão a todos os irmãos na fé, membros do mesmo Corpo de Cristo, e fá-lo participar do dinamismo desse Corpo... Corpo no qual a obra salvífica de Cristo ainda se vai exercendo: cf. 1Cor 10,16s. Com outras palavras: a Eucaristia nos dá comunhão com a obra redentora de Jesus, a qual já se cumpriu e consumou em Cristo, mas ainda se vai cumprindo nos membros de Cristo, geração após geração até o fim dos tempos (2). Disto se segue que a Eucaristia torna o cristão solidário com os demais cristãos ou mesmo, indiretamente, com todos os homens, pois a todos se destina a obra redentora de Cristo.

Após estas considerações introdutórias, passemos à consideração direta do significado da Eucaristia na Vida Religiosa

2. EUCARISTIA E VIDA CONSAGRADA

2.1. "A Eucaristia faz a comunidade..."

A Vida Religiosa nada mais é do que a tentativa de viver, de ma-

neira tão conseqüente quanto possível, a vida cristã, ou seja, os sacramentos do Batismo e da Eucaristia (cf. Const. **Lumen Gentium** nº 44). Por isto ela é, via de regra, ceno-

bítica(3) ou comunitária, reproduzindo em miniatura a realidade da Igreja. Tem-se dito com acerto que “a Eucaristia faz a Igreja e a Igreja faz a Eucaristia” (H. de Lubac); ora esta mesma casualidade recíproca relaciona entre si a comunidade religiosa e a Eucaristia: “A Eucaristia faz a comunidade (**koinoonía**) e a comunidade (**koinoonía**) faz (ou celebra) a Eucaristia. É a partilha do pão sacramental entre os irmãos que dá motivação e sentido específico à partilha de bens espirituais e materiais numa comunidade religiosa. Tenha-se em vista a imagem da primeira comunidade cristã em Jerusalém, geralmente considerada como protótipo da Vida Religiosa:

“Os discípulos se mostravam assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações... Todos os fiéis unidos tinham tudo em comum; vendiam as suas propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, freqüentavam assiduamente o Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração” (At 2,42. 44-46). Cf. At 4,32-37.

Neste belo quadro, percebe-se que a fração do pão é o eixo de todas as outras formas de **koinnônia**.

De modo especial, observemos o seguinte: o tema do **servir** e do **serviço** está intimamente associado aos relatos da última ceia nos Evangelhos. Sim; as palavras de Jesus, por ocasião da instituição da S. Euca-

ristia, fazem eco aos cânticos do Servidor de Javé (**Ébed Jahveh**) referidos pelo Dêutero-Isaías: Is 42, 1-4; 49, 1-6; 50, 4-9; 52, 13-53,12. Com efeito, observe-se, por exemplo, a fórmula de Lc 22, 19s:

“Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, partiu-o e distribuiu-o, dizendo: ‘Isto é o meu corpo, **que será entregue por vós...**’ Depois da ceia, fez o mesmo com o cálice, dizendo: ‘Este cálice é a nova aliança no meu sangue, **que será derramado em favor de vós.**” Cf. Mt 26,28; Mc 14,24; 1Cor 11,23s.

Ora o Servidor de Javé apresentado por Isaías é, por excelência, aquele que se entrega à dor e à morte para expiar os pecados alheios; é por todos os homens que ele se entrega, como se depreende dos dizeres abaixo:

“Ele tomou sobre si as nossas enfermidades, carregou as nossas dores... Foi castigado por causa dos nossos crimes e esmagado em virtude das nossas iniquidades. O castigo que nos salva, pesou sobre ele; fomos curados nas suas chagas...” (Is 53, 4s).

Assim vê-se que Jesus se identificou com o **Ebed Jahveh**. Ora, dando aos discípulos comunhão com o seu corpo entregue e com o seu sangue oferecido e derramado, o Senhor Jesus quis também dar aos seus seguidores uma comunhão de sorte ou de missão com Jesus. O discípulo que comunga sacramentalmente com Jesus, há de se tornar, também ele, **servidor de Jahvé**. É neste sentido que se hão de entender as significativas palavras de S. Agostinho:

“Por eles (o pão e o vinho) o Senhor Jesus quis confiar-nos o seu corpo e o seu sangue, que Ele derramou por nós em remissão dos pecados. Se vós os recebestes com boas disposições, vós sois o que recebestes” (serm. 227).

“Vós sois o que recebestes...”, isto é, sois corpo entregue em favor dos outros, corpo oferecido em prol das multidões ou de todos. A obra redentora de Jesus se prolonga nos seus discípulos, que são, antes do mais, beneficiários da mesma, para tornar-se, conseqüentemente, agentes ou continuadores da mesma Redenção.

Mais: o evangelista Lucas, ao narrar a última ceia, insere precisamente neste episódio uma exortação ao serviço; os chefes, que poderiam distinguir-se pelo **ser servidos**, hão de procurar **servir**:

“O maior dentre vós torne-se como o mais jovem; e o que governa, como aquele que serve. Pois qual é o maior: o que está à mesa ou aquele que serve? Não é aquele que está à mesa? Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22, 26s). Veja-se o paralelo de Mc 10, 42-45.

Quanto ao quarto Evangelho, sabe-se que não refere a instituição da S. Eucaristia, mas propõe, em seu lugar, o relato do lava-pés: mediante este ato, Jesus se apresenta cenicamente como o grande servidor, que surpreende e “escandaliza” Pedro; é necessário, porém, que o Apóstolo aceite o serviço do Mestre, ... e o aceite para ter parte ou comunhão com o Mestre e poder

imitar o Senhor. Sim; a ordem expressa por Lc e 1Cor nos termos: “Fazei isto em memória de mim” (cf. Lc 22,19; 1Cor 11,24s) tem seu paralelo no preceito joaneu: “Vós me chamais Mestre e Senhor, e dizeis bem, pois eu o sou. Se, portanto, eu, o Mestre e o Senhor, vos lavei os pés, **também deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais**” (Jo 13, 13-15).

É em vista destes dizeres do Evangelho que H. Schürmann observa:

“Todo serviço na comunidade encontra facilmente o seu cume, a sua explicação definitiva na celebração eucarística. Por conseguinte, o ritual da celebração eucarística se identificava sempre, na Igreja antiga, com a regra comunitária” (**Le récit de la dernière Cène**. Le Puy 1966, p. 73).

É nestes termos muito concretos que a Eucaristia fundamenta a comunidade religiosa. Esta consta de pessoas recrutadas, não raro, de procedências diversas, a fim de que, superando qualquer particularismo, dediquem ao serviço dos irmãos os seus próprios carismas. Uma comunidade que não viva o serviço ou o exemplo do Mestre em seu âmbito próprio, dificilmente realizará o serviço dos demais irmãos nas estradas deste mundo.

A ação da Eucaristia sobre a comunidade seria impossível se não implicasse transformação íntima de cada membro da mesma. Eis por que nos voltamos para outro aspecto do tema:

2.2. Sangue por sangue

1. Referindo-se aos cristãos ameaçados de perseguição por causa da sua fé, S. Cipriano († 258), bispo de Cartago, escrevia:

“Todos os dias o cálice do sangue de Cristo lhes é dado a beber, para que estejam em condições de derramar eles mesmos o seu sangue por Cristo” (ep. 58).

Destas palavras se depreende que, participando da Eucaristia, o cristão se habilita, ou recebe a graça necessária, para dar sangue por sangue, vida por vida, testemunho (**martyrion**) por testemunho (**martyrion**). Mais ainda: o cristão não apenas se habilita, mas também se compromete a tanto... A vida cristã só pode ser compreendida se colocada sob o signo do martírio, pois é um cotidiano morrer com Cristo para diariamente participar da ressurreição do Senhor, segundo o programa apontado pelo Batismo a cada discípulo de Cristo. Fazendo eco às palavras do Senhor: “Tomai o meu corpo” (cf. Mt 26,26), São Paulo exorta os cristãos: “Oferecei vossos corpos como hóstia viva, santa, agradável a Deus; este é o vosso culto espiritual” (Rm 12,1). Tais dizeres hão de ser entendidos em sentido pregnante: foi assumindo a carne e sofrendo a morte que o Filho de Deus mostrou o seu amor aos homens; oferecendo-Lhe as fadigas e as labutas de cada dia, é que o cristão lhe responderá.

O escritor Orígenes (†254), que foi grande mestre de espiritualidade

em época de perseguição, exortava o seu amigo Ambrósio a que se dispusesse ao martírio público ou cruento (**en phaneróoi martyrion**) mediante o martírio secreto (da consciência) ou incruento (**en krytóoi martyrion**); cf. *Ad Martyres* 21. Ora, a Vida Religiosa, desde os seus inícios monásticos, sempre foi entendida como a procura, por excelência, do martírio... martírio secreto ou íntimo. Julgam os historiadores que, precisamente quando Constantino deu a paz à Igreja (313) e cessou a oportunidade do martírio cruento, os cristãos incrementaram o êxodo para o deserto, entregando-se à vida monástica, a fim de reproduzirem, com a graça de Deus, no mais total despojamento, a atitude dos mártires de sangue: seriam mártires incruentos.

Atualmente, o Religioso que não é chamado a derramar o sangue visivelmente por Cristo, é vocacionado, mediante os seus votos, a viver numa permanente entrega de si ao Pai, exercendo (não raro de modo imperceptível) o heroísmo e a magnanimidade dos mártires.

2. Neste contexto, podemos brevemente voltar a nossa atenção para os três clássicos votos religiosos.

A Eucaristia tem como sinal sacramental o pão. Este vem a ser um alimento de base, o alimento mais comum entre muitos povos. O pão tem sentido especial num ambiente de cultura pobre; sim, quando alguém ou uma classe da sociedade reclama o seu pão ou o seu ganha-pão, a economia está baixa ou pobre; numa sociedade rica as

reivindicações são outras; elas solicitam, por exemplo, redução crescente das horas de trabalho e lazer prolongado. Podemos, em consequência, dizer que, quando o Cristo hoje dá o pão sacramental aos seus discípulos, Ele lhes pede que compartilhem a pobreza dos pobres da sociedade em que vivem. Assim o voto de pobreza encontra na Eucaristia uma fundamentação específica e valiosa.

Quanto ao voto de castidade, ele se deriva do compromisso que o cristão assume de seguir incondicionalmente o Cristo, amando todos os homens como autêntico servidor ou como **irmão universal**. Precisamente para poder ser esse servidor do Pai e dos homens, livre de qualquer vínculo familiar, é que o Religioso renuncia ao casamento; a vida una ou indivisa é vida de amor denso e profundo a Deus e a todos os irmãos, aos quais o Religioso (mesmo o contemplativo) quer servir no quadro próprio da sua vocação.

Sobre o voto de obediência não há dificuldade em reconhecer como ele tem sua fonte inspiradora na obediência do Cristo ao Pai... obediência em virtude da qual Ele se entregou... É essa entrega obediente do Cristo que o Religioso compartilha mediante o seu voto, a fim de colaborar mais intimamente na obra salvífica do Senhor Deus.

3. É o Apóstolo São Paulo que, em última análise, oferece os textos fundamentais para justificar a atitude de partilha e comunhão em que o cristão se coloca frente a Cristo. Na verdade, os exegetas têm

observado a frequência surpreendente com que o Apóstolo recorre a vocábulos compostos de **syn** (=com) e algum substantivo ou verbo, para exprimir a comunhão do cristão com Cristo. Tenham-se em vista os quatorze principais casos em que isto se dá:

com-padecer (com Cristo): Rm 8,17

ser con-crucificado: Rm 6,6; Gl 2,19

ser com-plantado: Rm 6,5

com-morrer: 2Tm 2,11

ser con-sepultado: Rm 6,4; Cl 2,12

ser con-ressuscitado: Ef 2,6; Cl 2,12; 3,1

ser con-vivificado: Ef 2,5; Cl 2,13

con-viver (com Cristo): 2Tm 2,11

ser con-figurado: Fl 3,10

ser con-forme (**symmorphos**): Rm 8,29; Fl 3,21

con-reinar: 2Tm 2,12

con-sentar (nos céus): Ef 2,6

ser con-glorificado: Rm 8,17

ser co-herdeiro: Rm 8,17.

Como se depreende da análise dos textos citados, a participação do cristão (no nosso caso... do Religioso) na Paixão de Cristo é simultaneamente participação da Ressurreição e glorificação do Senhor; o discípulo se torna mais e mais conforme (**symmorphos**) ao Mestre, que, de **Ébed** que era, se tornou **Kyrios**:

“O próprio Espírito se une ao nosso espírito para testemunhar que somos filhos de Deus. E, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros de

Cristo, pois sofremos com Ele para também com Ele sermos glorificados” (Rm 8,16s). Cf. Fl 3, 10-14.

Tal comunhão com Cristo, que transfigura toda a vida do Religioso, dando sentido transcendental às suas atividades mais mezinhas é dom que prolonga a graça da fé, como bem nota o teólogo protestante Karl Barth:

“A graça de poder crer no Cristo é ultrapassada por outra: a de poder sofrer por Ele, poder acompanhar o Cristo em seu próprio caminho, para estar plenamente em comunhão com Ele” (Comentário da epístola aos Filipenses, trad. francesa, Genebra, p. 48).

4. Mas não somente em seu favor o cristão se configura a Cristo. Esta conformação tem significado apostólico, ou seja, redundando em prol dos irmãos: enquanto a morte de Cristo trabalha no Religioso, a vida de Jesus se comunica aos seus semelhantes:

“Incessantemente, e por toda a parte, trazemos em nosso corpo a agonia de Jesus, a fim de que a vida de Jesus seja também manifestada em nosso corpo. Com efeito, nós, embora vivamos, somos sempre entregues à morte por causa de Jesus, a fim de que também a vida de Jesus seja manifestada em nossa carne mortal. Assim a morte trabalha em nós; a vida, porém, em vós... Tudo isto se realiza em vosso favor” (2Cor 4,10-12.15).

Diríamos ainda: comprometido com Cristo pela participação na Eucaristia, o Religioso “completa em sua carne o que falta à Paixão

de Cristo, em prol do seu corpo, que é a Igreja” (cf. Cl 1,24). Completa em sua carne... Isto não quer dizer que a Paixão de Cristo tenha sido deficiente; ao contrário, ela foi infinitamente meritória. Mas ela não podia ser desdobrada e vivenciada através dos séculos senão mediante cada cristão na sua individualidade: neste **hoje** e nestas circunstâncias, a Paixão de Cristo toma em mim uma moldura própria que só eu, na minha peculiaridade, lhe poderia dar. — E isto — diz São Paulo — se realiza em prol da Igreja ou também em prol de todos os homens. No Corpo de Cristo, afirmava Pio XII, somos remidos e tornamo-nos **corredentores** (cf. encíclica **Mystici Corporis**). Assim o martírio cotidiano do Religioso é vida para o mundo, pois dá comunhão com a obra redentora de Cristo. Não é necessário dar a vida cruentamente desde que o Senhor não o peça; basta cumprir com amor pleno o desígnio do Pai. Nota Santo Tomás oportunamente que o sacrifício de Cristo teve valor porque oferecido por amor e obediência (**ex charitate et obediencia**); cf. Suma Teológica III 49,1.

5. Consciente destas verdades, dizia S. Inácio de Antioquia (†110), um dos mais eloquentes discípulos dos Apóstolos, quando viajava da Ásia Menor para Roma, onde sofreria o martírio:

“Sou o trigo de Deus, e serei moído pelos dentes das feras para ser encontrado como puro pão do Cristo” (Aos Romanos 4,1).

Estes dizeres, singelos e profundos, inspirados pela teologia da Eu-

caristia, sugerem um paralelismo que, em última análise, é joaneu:

Como o Cristo é o pão do Pai, assim o discípulo de Cristo é o pão do Cristo.

Este modo de pensar se encontra basicamente no IV Evangelho, onde a partícula **kathóos** (como) tem significado enfático para designar analogia, paralelos, que são também etapas de comunicação da vida eterna de Deus. Levem-se em conta os seguintes textos:

“Assim como o Pai vive... e eu vivo pelo Pai, também aquele que come a minha carne, viverá por mim” (Jo 6,57).

“Como o Pai me amou, assim eu vos amei. Permanecei no meu amor” (Jo 15,9).

“Como Tu me enviaste, Pai, assim também eu os envie ao mundo” (Jo 17,18).

“Como Tu, Pai, estás em mim, e eu em Ti, que eles estejam em nós” (Jo 17,21).

“Que eles sejam um como nós somos um” (Jo 17,11).

“As palavras que Tu me deste, eu lhas dei, e eles a acolheram” (Jo 17,8).

Em poucos termos, poderíamos resumir tudo, dizendo:

Como o Pai, tal o Filho;
Como o Filho, tal o discípulo;
Como o Pai e o Filho, tal a Igreja.

Esse **como** significa mais do que exemplo moral ou semelhança. Expressa, sim, continuidade e comunhão de valores, comunhão que tem

sua fonte e seu alimento na Eucaristia.

As ponderações até aqui propostas levam-nos ainda a ampliar o nosso olhar.

2.3. Memorial e promessa

A Eucaristia é memorial, na medida em que, voltando-se para o passado, renova a Ceia de Cristo, e é também promessa, suscitando em quem a recebe, a esperança e a expectativa de plenitude no futuro. Dos sinais e sacramentos, passaremos à realidade revelada, sem sombras nem mediações.

Importa-nos agora desenvolver o aspecto **promessa**.

A Eucaristia não apenas anuncia a Plenitude, mas é também o penhor ou a antecipação germinal da mesma. Com efeito, a Eucaristia dá ao homem peregrino e mortal o corpo do Senhor, que padeceu e morreu, mas venceu a própria morte, e hoje é a nova criatura (cf. 2Cor 5,17). Esse corpo eucarístico é o **phármakon athanasías**, o remédio da imortalidade, para o cristão que o recebe; ele prepara o discípulo de Cristo para a vitória final sobre a morte e desde já vai dando um sentido pascal de paz e confiança inabalável àqueles que, no íntimo da sua consciência, sofrem o martírio do Senhor Jesus. Nada é meramente negativo no sofrimento do cristão, pois não há sexta-feira santa sem domingo de luz e ressurreição.

Mais: a Eucaristia tem também relação com o **makrokósmos** (o

grande mundo) ou com todo o mundo criador, pois ela se faz a partir do trigo e da uva, que são produtos naturais; o mundo irracional inteiro acha-se assim representado na celebração eucarística. Merece atenção o fato de que já a antiga Liturgia judaica professava tal vinculação do pão e do cálice com todas as demais criaturas; notem-se, por exemplo, as seguintes fórmulas:

“Bendito sejas Tu, Senhor nosso Deus, Rei de todos os séculos, que fazes a terra produzir o pão!”

“Bendito sejas Tu, Senhor nosso Deus, Rei do universo, Tu que alimentas o mundo inteiro por tua bondade, tua benevolência e tua misericórdia. Bendito sejas Tu, que alimentas todas as coisas!” (*Mishnah, Berakoth VI 1*).

Em linguagem cristã, dir-se-ia que a Eucaristia, “transfigurando” o pão e o vinho, é também o penhor da transfiguração e da renovação do mundo inteiro. S. Ireneu (†202) exprime essa solidariedade do homem e do mundo postos no mesmo processo de salvação e glorificação, quando escreve:

“Pois que somos seus membros e somos alimentados pelas criaturas (visto que ele nos dá as criaturas fazendo levantar o sol e chover como Ele quer), Ele declarou que esse cálice que vem das criaturas é o seu próprio sangue, com o qual Ele rega o nosso sangue, e, a respeito do pão proveniente das criaturas, Ele disse que é o seu próprio Corpo, pelo qual Ele faz crescer os nossos corpos” (*Adv. Haer. V 2, 1*).

Viver a Eucaristia é anunciar isto a todos os homens, especialmente aos abatidos e desesperados. É testemunhar, por palavras e por obras, que a morte não é o fim; a atividade do homem, exercida em continuidade com a celebração eucarística, não é perdida, ainda que aparentemente nada, de novo produza.

Mais: viver a Eucaristia é procurar preparar o mundo para a sua consumação, antecipando desde já, tanto quanto possível, a ordem de coisas final. Isto significa que a participação da Eucaristia impõe ao cristão deveres frente a este mundo, deveres concretamente enunciados nos mais recentes documentos da Igreja, entre os quais sobressai o de Puebla(4).

Compreende-se que esta tarefa de renovação do mundo decorrente do sacramento diz respeito especial aos Religiosos (sejam sacerdotes, sejam leigos) e às Religiosas. A estes cabe uma certa liderança em virtude da sua própria vocação, principalmente se devotados à vida ativa. Ora a propósito parece oportuno lembrar o seguinte:

As assembléias litúrgicas não raro reúnem, em uma só grande família e, às vezes, em torno da mesma mesa, diversos tipos de fiéis: patrões e operários, profissionais liberais e funcionários de classe média, domésticas e donas de casa, militantes políticos de diversos comprometimentos, eleitores de diferentes partidos... Reúnem-se todos por efeito da mesma fé para participar do mesmo pão sagrado — o pão da unidade. Ao sacerdo-

te e ao líder religioso de tais comunidades compete então um papel muito delicado: de um lado, ele sabe que o pecado não se coaduna com a participação da Eucaristia; doutro lado, porém, ele sabe que, sem pecado, os cristãos podem discordar entre si no tocante à maneira de promover a justiça e a paz neste mundo; é lícito divergir do irmão neste ou naquele particular; só não é lícito odiá-lo. Faz-se mister, portanto, que o sacerdote e o líder apregoem a Palavra de Deus em sua amplitude e pureza, evitando nivelá-la com opções pessoais; é necessário que o sacerdote tenha a capacidade de se apagar diante dessa santa Palavra, a fim de que se celebre realmente, não somente em ritos, mas no íntimo dos corações, a ceia daquele que é "a nossa Paz" (Ef 2,14) e que pede aos discípulos fraternalmente saúdem uns aos outros antes de se chegarem à mesa sagrada. Sejam o sacerdote e a Religiosa fatores de unidade e fraternidade dentro da perspectiva formulada pela antiga Tradição e repetida pelo S. Padre João XXIII: "Nos pontos necessários à fé, haja unidade. Nos pontos discutíveis, haja liberdade. Em tudo, haja caridade". É o que o documento de Puebla muito oportunamente recorda:

"Os Religiosos, por sua forma de seguir a Cristo, segundo a função peculiar que lhes compete dentro da missão da Igreja, de acordo com seu carisma específico, também cooperam na evangelização do político. Numa sociedade pouco fraterna, dada ao consumismo e que se propõe como fim último o desenvolvimento de suas forças

produtivas materiais, os Religiosos têm que ser testemunhas de uma real austeridade de vida, de comunhão com os homens e de intensa relação com Deus. Deverão, pois, resistir igualmente à tentação de comprometer-se em política partidista, para não provocar confusão dos valores evangélicos com uma ideologia determinada" (nº 528).

"A participação na Liturgia não repercute de forma adequada no compromisso social dos cristãos. A instrumentalização que, por vezes, se faz da mesma, lhe desfigura o valor evangelizador" (nº 902).

Passemos agora a uma reflexão final.

3. REFLEXÃO FINAL

Possa o ano em curso contribuir para reavivar em nossas comunidades a consciência do valor central da S. Eucaristia nas três dimensões apontadas!

1) Firme a nossa vivência comunitária, solidária e eclesial, corroborando nos irmãos e nas irmãs o espírito de serviço e os sentimentos de comunhão mútua.

2) Que a S. Eucaristia seja também sempre mais o manancial da fortaleza interior de cada Religioso, fortaleza que é inseparável da fé e da perseverança. O Senhor pode colocar os seus amigos no cadinho e pedir que se tornem heróicos na reafirmação do seu testemunho (**martyrion**), mas Ele nunca deixa de dar a graça para que cada qual lhe corresponda fielmente.

3) Que a Eucaristia também contribua para que os Religiosos disseminem esperança entre os seus irmãos:... a esperança que provém da certeza de que não há desastre nem morte que possam superar a vitória de Cristo! Tudo o que se faça como efluxo da participação da Páscoa do Cristo, por mais que pareça fracassar, será sempre fecundo. O alimento sagrado incitará os agentes de Pastoral a promover a justiça e a paz, sabendo respeitar as opiniões divergentes, desde que a Palavra de Cristo não as condene. Sejam fatores de re-conciliação e unidade em suas comunidades, apagando as opções pessoais, desde que necessário, para que viva tão somente o Cristo; cf. Jo 3,28-30.

4) A fim de que esses frutos venham realmente a ser colhidos, poderiam as comunidades religiosas neste Ano Eucarístico dedicar-se mais assiduamente aos seguintes pontos:

— promovam em seu âmbito e nos seus grupos de trabalho apurado estudo teológico da S. Eucaristia. Se é verdade que ninguém ama o que não conhece, é de crer que mais amará o mistério da fé quem melhor o conhecer;

— procurem renovar constantemente o estilo das suas celebrações eucarísticas dentro dos limites de flexibilidade admitidos pelas normas litúrgicas (evitem-se inovações subjetivas, que dividem os fiéis e desfazem a unidade da assembléia). Assim sacudir-se-á a rotina, que, por força da repetição, esvazia, dos nossos olhos, os valo-

res mais preciosos. O Documento de Puebla teve em mira este particular, mencionando, entre as suas conclusões atinentes à Liturgia, a seguinte:

“Revalorizar a força dos ‘sinais’ e a sua teologia.

“Na Liturgia, celebrar a fé com expressões culturais, obedecendo a uma sadia criatividade. Promover adaptações adequadas particularmente aos grupos étnicos e ao povo simples (grupos populares); atendendo, porém, a que a Liturgia não seja instrumentalizada para fins alheios à sua natureza, respeitem-se fielmente as normas da Santa Sé e, nas celebrações litúrgicas, evitem-se arbitrariedades” (nº 940).

— Dediquem grande atenção à estética das celebrações litúrgicas. Esta não supõe nem requer luxo, mas, sim, compreensão dos valores em pauta e o senso de harmonia e simetria que repercutirá na escolha dos modelos de alfaias litúrgicas, na maneira de dispor o altar e assembléia, as posições e os gestos do celebrante e dos fiéis. A Liturgia, embora seja obra do povo (*laïtón érgon*), não pode deixar de ter um quê de hierático e santo. É uma festa, mas uma festa cujo centro é o Senhor Deus na sua estupenda obra de re-criação do homem. Quem se compenetra disto, contribui naturalmente para a dignidade das celebrações litúrgicas. E verá que o Senhor não se deixa vencer em generosidade por aqueles que O procuram com generosidade!

(A seguir: Bibliografia e Notas)

BIBLIOGRAFIA

CONGAR, Y.-M., *Pour une Eglise servante et pauvre*. Paris 1963. DE DINECHIN, O., *Kathôs: la similitude dans l'Evangile selon saint Jean*, in: *Recherches de Science Religieuse*, 1970, pp. 195-236. DE LUBAC, H., *Méditations sur l'Eglise*. Paris 1963. GRUNDMANN, Syn, in: *Theologisches Woerterbuch zum Neuen Testament*, Band VII. Stuttgart 1964, pp. 786-798. MANARANCHE, A., *Ceci est mon corps*. Paris 1975. McGRATH, B., *Zun Words in St. Paul*, in: *Catholic Biblical Quarterly* 1956, pp. 219-226. TILLARD, J.M.R., *L'Eucharistie et la fraternité*, in: *Nouvelle Revue Théologique*, t. 91, 1969, pp. 113-135.

NOTAS

(1) Muito oportunamente se fala dos **sacramentos da fé**. Estes se seguem à evangelização (ou querigma) e à catequese, e comunicam plenamente a vida que a Palavra de Deus já inicialmente (como sacramental) transmite a quem a acolhe com sinceridade. (2) Eis a profunda consideração que a propósito tece o teólogo dominicano J. M. R. Tillard: "Pela Eucaristia, a assembléia dos cristãos é associada à passagem do Cristo da Morte do Servidor à Glória do **Kyrios** (Senhor). Não somente à Morte. Não somente à Glória. Mas à passagem de uma para a outra, passagem já plenamente realizada em Jesus, ao passo que foi apenas inaugurada nos cristãos... É ne-

cessário à comunidade cristã, enxertada na Morte do Servidor e habitada pelo dinamismo que vai da Morte à Ressurreição, entrar no movimento que leva a morte para a ressurreição e que não é outra coisa senão a comunhão com a vontade do Pai (Fl 2,7-11)" (art. citado na bibliografia, p. 130). (3) A palavra **cenobítico** vem da expressão grega **koinós bios**, vida comum. (4) Apraz lembrar aqui o apreço que o Documento de Puebla, fazendo, aliás, eco ao Concílio do Vaticano II, quis tributar à S. Liturgia, que tem seu centro na Eucaristia: "Nenhuma atividade pastoral pode-se realizar sem referência à Liturgia. As celebrações litúrgicas supõem uma iniciação à fé, mediante o anúncio evangelizador, a catequese e a pregação bíblica; esta é a razão de ser dos cursos e encontros pré-sacramentais" (nº 927). "Pelos sacramentos Cristo continua, mediante a ação da Igreja, a encontrar-se com os homens e salvá-los. A celebração eucarística, centro da sacramentalidade da Igreja e presença mais plena de Cristo no meio da humanidade, é o centro e ponto culminante de toda a vida sacramental" (nº 923). "O ser e agir do sacerdote referem-se, na identidade do seu serviço, à Eucaristia, raiz e eixo de toda a comunidade, centro da vida sacramental, à qual a Palavra conduz. Por isto, pode-se afirmar que onde há Eucaristia, há Igreja. Como esta é administrada pelo Bispo, em união com o Presbitério, igualmente certo é dizer que onde estiver o Bispo, aí está a Igreja" (nº 662).

TENSÃO ORAÇÃO E TRABALHO

2.º ARTIGO

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Mencionei em artigo anterior a tensão entre oração e trabalho como um dos campos magnéticos de nossa vida, sobretudo nos últimos tempos. A aceleração do ritmo diário, a passagem, na vida religiosa, do horário rural ao horário urbano, que nos empenha, como ao cidadão comum, desde muito cedo até muito tarde, a progressiva acumulação de funções e responsabilidades em decorrência do crescimento das obras ou da redução de quadros, são apenas alguns fatores mais imediatos que afetam a fundo a viabilidade de nossa oração. Mais do que os leigos e os sacerdotes, os religiosos são atingidos neste ponto. Ao seu trabalho diurno, sobrepõe-se quase sempre outra dose igual de trabalho à noite. Quando não, é a exigência de tarefas possíveis somente em horários noturnos: reuniões, aconselhamento, grupos ou planejamento, comunidades de base, encontros de pais, casais, colaboradores,

jovens, trabalho de perseverança decorrentes de cursilhos, retiros e mil outras atividades. O sono é curto. O dia começa cedo. Da cama ao café, e, daí, diretamente, ao trabalho sem tréguas. Os fins de semana são, por vezes, mais densos ainda de trabalho e atendimento. Como e onde encontrar tempo para a oração? E, não só, mas, um tempo que seja de algum modo regular e garantido para o contato pessoal com Deus, como indivíduo e como comunidade.

O problema é realmente sério. E ele não pode ser resolvido senão numa perspectiva de fé profunda. E esta fé, que cria condições de possibilidade para a solução, não é resultado só, nem principalmente, de atos de nossa vontade. Ela é graça e dom do Senhor. Deve ser pedida instantaneamente e sem interrupção. Obtida, devemos continuar a pedi-la, para seguir recebendo-a.

Jesus viveu esta tensão oração/trabalho. No entanto, é ao fim de dias particularmente extenuantes ou antes deles que os Evangelhos mencionam sua retirada por algum tempo para orar. (Lc 6,12; 9,28; 22,40; Jo 6,15).

Não devemos pensar que Jesus recebeu do Pai um plano ou roteiro completo e minucioso de sua missão, com todas as decisões e orientações já indicadas. Jesus se viu colocado diante de opções freqüentes, conheceu tentações (deserto), experimentou resistências (Getsêmani) adiantou (Caná/Cananéia) ou atrasou seus planos (Lázaro), sentiu o drama da premência do tempo e da indigência das pessoas (multiplicação dos pães). Quase tudo em sua vida resultou de um atento perscrutar a vontade do Pai, a hora do Pai. Um constante discernimento do que fazer e como fazê-lo. É exatamente neste entroncamento de trabalho e missão que se situa a sua oração.

As saídas rodoviárias das grandes cidades são marcadas, em geral, por complicados trevos e viadutos que articulam e rearticulam as alternativas de possíveis destinações. Grandes cartazes verdes ou azuis indicam direções próximas ou longínquas. Quem não conhece o caminho e sabe veloz o fluxo de tráfego, não se aventura a entrar nesse labirinto sem uma prévia olhada ao mapa. É preciso dar-se conta da melhor opção, número da estrada e outros dados assim. Quando já no trevo, a atenção redobra, para identificar os sinais e não deixar passar aquele que é decisivo.

Quem não sabe quanto é penoso nesta altura entrar pela direção errada? O retorno é distante, intenso e congestionado o tráfego. E aí se vão tempo, dinheiro e nervos.

Isto é bem a imagem de nossa vida, assoberbada de trabalho e agendas acumuladas. Estamos constantemente entrando nos trevos da vida e deles saindo para logo de novo entrar. A sucessão de nossas horas é também um fluxo de alternativas e opções. Algumas podem ser relevantes, decisivas e até mesmo irrecuperáveis ou fatais. É com elas que tecemos nossa história.

Numa profunda perspectiva de fé, o sentido essencial de nossa vida é o amor e serviço de Deus que se traduz em atinar com o que Ele quer e realizá-lo. Desejar isto, ter fome disto, é crucial para que nossa vida não se frustrasse. (Jo 4,34). Esta é a destinação final do que somos e faremos. É ela que vai determinar todas as outras escolhas de nossas rotas nas estradas da vida. Esta orientação liminar deve empenhar a totalidade do meu dia, no que penso, falo e faço. Mas, ela exige mais ainda. Para que possa acertar com a direção e evitar retornos, é necessária uma sintonia profunda com as perspectivas e os critérios de Deus. Isto nem se improvisa ou inventa, nem se tem em estoque por muito tempo. Isto pede, em meu dia, um espaço privilegiado e qualitativamente prioritário para Deus. É um pouco como o despacho diário de um executivo com seu diretor ou de um ministro com seu presidente. Ele recebe ali mais inspiração de projetos e ação ou as últimas diretivas, a palavra final so-

bre um problema pendente. Entra talvez com múltiplas alternativas. Sai com decisões.

Em termos do mero xadrez de horários carregados, não vamos encontrar nunca este tempo em nossos dias. É aqui que se faz imprescindível a graça e o dom da perspectiva de fé. Em meio ao tumulto de obrigações, ela me dá a certeza serena, de que, com maior sensibilidade a Deus, aos critérios de Deus, por Ele comunicados a mim por Sua presença na oração, acertarei melhor, e talvez mesmo mais rapidamente, com o que devo fazer. Isto se torna mais compreensível, na medida em que já me encontro basicamente orientado em meu agir para o único necessário que é o amor e serviço de Deus e dos meus irmãos. É como o toque ligeiro para sintonizar o rádio com precisão quando já se está na faixa e na frequência desejada. É como a decolagem, quando o avião se posicionou na cabeça da pista.

Esta é a mensagem da vocação de Pedro (Lc 5,1-11) ou do sinal que mais tarde é reconhecido por João (Jo 21,1-8). Este é o recado de Jesus à solícita Marta sobre o tempo que lhe dá Maria (Lc. 10, 38-42). Este é o eco do refrão do salmo: se o Senhor não constrói a casa, em vão trabalham os que a edificam. Traduzido em nossa vida, isto quer dizer: não será prejudicado meu intenso trabalho e compromisso, se eu dedicar algum tempo à mais fundamental de minhas obrigações, a de entrar em contato pessoal com Deus, a de estar a sós com Ele por algum tempo no meu dia.

Não só não vou prejudicá-lo, mas vou passar a vê-lo sob outra luz e lastreá-lo com novo sentido.

O trabalho é também amor e serviço de Deus e do próximo. Não há dúvida de que, encarado assim, o trabalho é oração. Mas o que há a mais na oração formal, é uma relação de pessoa a pessoa entre Deus e mim, para a qual são criadas condições de recolhimento e silêncio que favorecem a comunicação interpessoal.

Poucas imagens nos farão apreender tão bem este matiz como aquela que o próprio Deus tanto usou para exprimir sua relação de aliança com o povo e cada um de nós: a imagem do casamento (Os 2; Cant.). Um marido que trabalha por sua esposa e filhos, ama-os no trabalho, é claro. É afinal por ele que lhes garante sustento, conforto, educação e tudo o mais. Mas, em pouco, ele terá minado a têmpera desta dedicação por amor, se este amor não for alimentado por tempos de presença na família. É aí que ele, de fato, conhece e ausculta os filhos e realimenta o seu amor. Como imaginar seu amor pela esposa sem momentos de intimidade conjugal onde um e outro dá e recebe comunicação profunda e amor pessoal? Dificilmente uma família racionaliza sobre este ponto. Porque? Por causa da imperiosa e contonável necessidade da experiência vivida. O matrimônio pode amadurecer e tornar-se gratificante. Mas ele traz também consigo imensos sacrifícios, se vivido a fundo no amor. Amor sem ciúme, porque não possessivo e radicado na confiança. Amor sem

imposição de si ao outro, mas feito da acolhida plena do outro assim como é. Amor dos valores e dos limites em quem se ama. Tudo isto está prenhe de perplexidades e tensões. E não falemos de outras árduas dimensões: a econômica, a da educação e saúde dos filhos, etc. Não há como fazer face a tudo isto, a dois, para toda a vida, se não houver uma constante realimentação do amor, pela intimidade interpessoal que envolve a totalidade da pessoa e a coloca integralmente face a face com a outra pessoa, numa profunda comunhão. Na falta disso, ou se rompe o matrimônio ou ele é vivido num nível funcional, necessariamente superficial e constantemente ameaçado em sua própria consistência. Assim, pois, quando um dos cônjuges começa a racionalizar sobre este ponto, a família já está entrando no declive de seu colapso.

Todos nós, leigos e religiosos, estamos sempre sob a tentação de racionalizar nossa necessidade de oração em relação ao resto de nosso dia. Temos tempo para dormir e comer, para trabalhar, ler e descansar, para comprar e cuidar de nós (médico, oculista, farmácia, cabeleireiro, etc). Arranjamos tempo para visitar e receber amigos, viajar, passear... Mas racionalizamos a "concessão" de tempo para estar a sós com Deus. Entramos numa fila para ônibus ou mercado, para cinema ou teatro, para concerto ou futebol. Mas resistimos a ver a Deus por algum tempo, quando o podemos fazer sempre sem fila nem espera.

Porque? A resposta é simples e ela é a chave para a tensão oração/

trabalho. Porque a fidelidade regular ao encontro pessoal com Deus supõe a prioridade de uma perspectiva de fé em nosso enfoque de vida. Mas a fé é um dom do Senhor e não o resultado de nosso esforço. Este dom, porém, nos é dado e é alimentado em nós por Deus, no contato explícito com Ele na oração. Não há fé sem oração, mas também não há oração sem fé. E aqui, não se trata de um simples círculo vicioso. Não é um problema da galinha e do ovo. Quem vem primeiro? É sempre Deus quem vem primeiro. A iniciativa é sempre dEle. O convite parte dEle e está sempre de pé. Mas Ele nunca se impõe. Se Ele convida, está já lançando uma potencial relação interpessoal comigo. Toca a mim acolher o convite e, na fé, criar condições para responder a Ele (Lc 14, 16-24). Fecha-se então o circuito. Deus que convida e eu que respondo. Deus presente e eu também presente. Fé e oração. Oração e fé.

Fora deste enfoque, não há como resolver o problema da tensão oração/trabalho. Nesta perspectiva, o "sacrifício" de algum tempo tomado ao trabalho ou ao descanso e oferecido nas aras do Senhor, deixa pouco a pouco de ser sacrifício para se tornar dom envolvente da presença do Pai, do Filho e do Espírito. Nossa dedicação e eficiência no trabalho continuarão a ser decisivas. O empenho qualificado de tudo o que somos será igualmente requerido. Sobre tudo ficará sempre de pé esta convicção da necessária integração de oração e ação. Não há dicotomia, nem deve haver. Não há tratamento estan-

que de duas dimensões que, apostolicamente, só se podem compreender uma em função da outra. Devemos ser contemplativos na ação e toda contemplação deve ser semente e alma de missão. Mas, ao falar deste tempo privilegiado de Deus em nossa vida e em nosso dia, quero significar que a precariedade de nossas sempre frágeis certezas e seguranças humanas só será transformada pela inconcussa certeza de Deus em nós. É somente Ele que nos dá a sensibilidade e percepção mais precisa de Sua vontade sobre nós nas múltiplas ocasiões de nosso dia. Ele nos motiva e confirma no discernimento das situações e alternativas. Ele nos faz intuir e até mesmo sentir que estamos na direção certa. Mas, sobretudo, Ele nos dá a certeza íntima da Sua presença e de Seu amor fonte realimentadora de nosso serviço a Ele e aos irmãos, sentido único da nossa vida. Então, não teremos dúvida, nos momentos difíceis, de "lançar a rede do outro lado". É o Senhor! (Jo 21,5-7).

Escrevo este artigo no dia da Imaculada Conceição. Acostumamo-nos a tomar esta festa pela sua expressão negativa: Maria, **sem** pecado original. E, por aí, não há como imitá-la. Mas existe a face afirmativa deste mistério em Maria. É sua total abertura ao convite de Deus. Ela se torna, desde o início mesmo de sua vida, um SIM personalizado à vontade do Pai. E quando este "SIM" é mais tarde vocalizado por sua palavra, é a Palavra que se faz vida em seu coração de Mãe. E é precisamente aí que os tempos atingem sua plenitude, a promessa se faz realidade, a história revela o seu segredo e toma sentido o seu mistério em nossas vidas. Foi em Maria e por ela que o Pai, pelo Espírito, deu-nos o Verbo feito homem: encarnação, mistério central, sem o qual morte e ressurreição seriam inconcebíveis; encarnação, condição da própria viabilidade da revelação. Que a intercessão e inspiração de Maria nos mova a aproximar-nos sempre mais dela nesta plena acolhida à presença do Senhor.

DIMENSÃO SOCIAL DA INSERÇÃO DOS RELIGIOSOS NO MEIO POPULAR

*A mudança do lugar social gera uma tomada
de consciência da existência de classes sociais,
de interesses opostos,
antagônicos, de interesses que não são conciliáveis.*

Pe. Matias Martinho Lenz, SJ

Brasília, DF

INTRODUÇÃO

Uma das marcas mais profundas da experiência de vida religiosa inserida no meio popular é o modo novo como a realidade social e política está presente a esta experiência. Não se pode afirmar que foi com estas experiências que a realidade passou a ser considerada como um lugar teológico e hermenêutico de manifestação da vontade de Deus, pois esta convicção existia e existe também em formas mais tradicionais de consagração no mundo. A novidade está na percepção, fruto de experiência refletida, de que há modos de perceber a realidade social que mantém o religioso

distante do mundo real dos trabalhadores e dos pobres e não lhe permite fazer uma autêntica experiência evangélica de libertação e outra que os aproxima do verdadeiro mundo dos pequenos e dos explorados e lhes permite fazer, com os pobres uma experiência libertadora.

Hoje não são poucos os religiosos que, tendo passado ou vivendo atualmente uma vida de inserção no meio do povo, têm consciência nítida de ter passado por uma profunda mudança no seu modo de perceber e interpretar a realidade econômica e política que os cerca. Esta mudança tem duas faces: uma

consiste num "cair na conta" de que sua visão anterior do mundo, dada por muitos e tida por eles como científica e neutra, é pouco científica e de modo nenhum neutra; é uma visão marcada pelos preconceitos, viezes e interesses da classe que criou essa visão, e que, insensivelmente, o religioso havia adotado como sua. A outra face desta experiência consistiu num "abrir-se" para a visão que as classes populares têm do mundo, da sociedade; não aquela visão que recobre muitos pobres e que nada mais é que o reflexo da mentalidade do rico; mas aquela visão que traduz os verdadeiros interesses e as legítimas aspirações das camadas mais pobres por uma integral libertação.

Como é que estas duas visões de mundo se apresentam, depois

que mudamos de lugar social? Que fatores ou experiências levam religiosos a não só mudarem o seu lugar de moradia, mas em consequência, a mudarem também sua ótica de ver a realidade? Como é que esta mudança interfere no projeto de vida religiosa, em termos de transformações que provoca e desafios que levanta para a vida religiosa hoje?

Tentaremos refletir, por ordem, sobre estas questões, tendo como pano de fundo as experiências e reflexões feitas por um grupo de religiosos e religiosas, pertencentes a 21 comunidades que trabalham em pastoral popular e que participaram de um seminário sobre Vida Religiosa inserida em meios populares, promovida pela CRB Nacional, em S. Paulo, em agosto de 1979.

1. UM NOVO POSICIONAMENTO DIANTE DA REALIDADE

Vamos analisar uma colocação, escolhida entre várias semelhantes feitas no seminário. O depoimento, feito por um dos grupos presentes, relata a experiência de mudança de lugar social, pela qual o grupo passou. O texto, redigido pelo grupo, diz o seguinte:

"... Nossa opção de fé nos levou, pouco a pouco, a uma postura nova na sociedade em que vivemos. (Sentimos) que somos obrigados a escolher o lado em que queremos estar. Quando agora falamos de povo, entendemos a classe empobrecida pelo sistema, que enriquece a uns poucos, em detrimento de uma esmagadora maioria."

A análise desta formulação de experiência nos vai permitir destacar os principais elementos desta mudança de lugar social, de que estamos falando.

Um primeiro aspecto que este texto revela é a tomada de consciência da **existência de classes sociais**, de interesses opostos, antagônicos, de interesses que não são conciliáveis. De fato, não é possível realizar um mundo em que haja uma minoria privilegiada, dona de imensas fortunas, usadas para o gozo destas minorias e querer ao mesmo tempo que estas fortunas estejam a serviço da maioria. É que na nossa sociedade, estas fortunas são

exatamente os bens produtivos da nação, que, deixados nas mãos do capital, vão servir aos interesses deste e não o interesse dos trabalhadores. Este mecanismo injusto, já denunciado muitas vezes pela Igreja, foi novamente condenado em Puebla, que fala de mecanismos das nossas sociedades que produzem “ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres” (nº 30). A riqueza do rico cresce muito mais pelo esforço do pobre do que pelo esforço do rico. Se o rico só fosse remunerado pelos seus reais esforços que realizou e só tivesse direito a uma parte bem modesta de heranças imensas pelas quais nada fez, ele perderia seus privilégios, perderia grande parte das suas propriedades adquiridas neste processo de exploração do trabalho ou por atividades especulativas, perdendo em consequência o comando que sua fortuna lhe confere (indevidamente) sobre uma parte da sociedade.

O segundo aspecto que cai em vista neste depoimento é que não se fala só de uma nova visão, mas de **uma nova postura**, um posicionamento existencial, de escolher um lado da contenda. Este dado é importante, por duas razões: primeiro, porque reflete uma tomada de consciência diante do fato de que não há neutralidade possível diante da divisão de classes (falamos da divisão de classes enquanto fato constatado e não do fomento da luta de classes como tática de luta). A neutralidade realmente não é possível porque, ficando “neutros” o mínimo que conseguimos é pactuar com a situação injusta que es-

tá aí para quem quiser ver. “Quem cala, consente”, diz o provérbio. Mas tem mais. Esta neutralidade de fato não seria outra coisa que uma tentativa de ocultar nossa real condição de membros de nossa classe de origem, diferente das classes populares, e nossa falta de solidariedade efetiva e afetiva com estas. Segundo, que para muitos de nós, a opção pelos pobres significa mudar de lado, deixar de ser solidário com nossa classe de origem ou de vinculação recente e solidarizar-nos com as classes pobres. Este assunto poderia levar-nos longe, para discutir por exemplo até que ponto é possível mudar de classe. Faço aqui apenas duas observações: uma, que para muitos religiosos, a ida aos pobres representa a volta a suas origens (pessoais, quando somos de origem humilde; e institucionais, quando a Congregação foi fundado para os pobres). E a outra observação: que esta mudança de fato é possível também para pessoas cujas famílias de origem são da classe média ou alta, é uma constatação de fato, face aos exemplos que estão aí à vista de todos.

Em terceiro lugar, a opção pelos pobres é vista neste depoimento como **uma opção pela classe dos pobres**. O que significa optar pelo pobre como uma classe social?

Negativamente, significa não aceitar a visão que o rico tem do pobre. O rico prefere ver o pobre, socialmente, como um sujeito sem sorte, despreparado, ou então um sujeito preguiçoso, que não fez os esforços que ele (rico) fez para chegar onde chegou. O problema do

pobre é que ele não aproveita as chances que a sociedade lhe dá. Em outros termos, o rico põe a questão do pobre em termos individuais e sua promoção como uma questão de esforço individual "para vencer na vida".

Positivamente, significa aceitar uma visão do pobre a partir do pobre. Nesta visão não se nega que haja pobres que tenham sido ou sejam preguiçosos; nega-se pôr a questão de riqueza e pobreza nestes termos. Na visão a partir do pobre, os pobres são empobrecidos, isto é, explorados e mantidos na dependência e no despreparo por uma minoria rica e poderosa (e por uma classe média que via de regra se solidariza com os ricos). Em outros termos, como um todo, os pobres (que incluem todas as classes trabalhadoras) contribuem muito mais para a sociedade do que o rico está disposto a reconhecer; na realidade a produção foi dada pelo trabalhador e não pelo dono do capital (enquanto dono). Ver a sociedade a partir dos pobres é admitir que a nossa sociedade não está montada para servir e promover a maioria, mas em benefício de uma minoria que usa de todos os meios para manter esta situação; que a promoção de alguns indivíduos e sua ascensão de classe não é solução para o problema da maioria por ser uma solução só aberta para poucos e que não muda basicamente a situação de flagrante desigualdade, entre as classes.

Optar pelos pobres é, assim, reconhecer que os pobres são empobrecidos, espoliados em uma parte dos frutos do seu trabalho, man-

tidos na dependência, tolhidos na sua possibilidade e no seu direito de comandar a sociedade. Optar pelos pobres é assumir como própria a sua causa, caminhar com eles em busca de uma promoção coletiva, para uma mudança global do sistema, prepará-los para que possam assumir o papel de protagonistas da história.

Há um quarto aspecto no depoimento do grupo que eu gostaria de comentar: o grupo reconhece ter feito esta opção a favor do pobre como classe **em nome de uma visão de fé**. Em que sentido podemos compreender isto? O grupo não se preocupou em justificar a sua afirmação, mas lendo o conjunto dos depoimentos e ouvindo os relatos de sua prática fica claro que os religiosos estão realizando uma nova compreensão do mandamento do amor ao próximo, um amor que já não é entendido como consistindo principalmente em relações intersubjetivas, não um amor que se esgota nas relações intersubjetivas. Transparece um conceito de amor cristão muito maior que um benquerer afetivo, um amor que me leva a lutar por condições objetivas mais justas de trabalho e divisão de renda para todos. Esta forma de amor não é vista como excluyente de outras formas, também necessárias, de atendimento a pessoas necessitadas. Mas parece haver uma opção consciente por uma forma de amor mais universal e mais necessária nas atuais circunstâncias, em que caímos mais na conta das causas geradoras de tantas injustiças e da possibilidade de combatê-las e não só da obrigação

de também cuidar dos que são vítimas dos atropelos desta sociedade violenta.

A opção de fé pelos pobres parece implicar algumas exigências para a nova sociedade a construir e para os métodos de luta: não se poderá, por exemplo, admitir, que o pobre passe a aspirar a ocupar o lugar hoje ocupado pelo rico (numa espécie de revanchismo) ou que ele exclua o rico (já não mais como rico) como pessoa, igual aos outros, na participação na futura sociedade; os métodos serão os menos violentos possíveis.

A opção pelos pobres como classe se apresenta para o religioso co-

mo uma opção contra a pobreza-miséria, a pobreza fruto da exploração, da incompetência ou da irresponsabilidade, de uma opção a favor da pobreza evangélica enquanto desprendimento dos bens, disposição para a partilha, frugalidade, luta contra o consumismo, aceitação da preeminência do bem comum sobre o bem individual, a valorização dos bens espirituais, etc. A pobreza evangélica assim entendida, dará o caráter à nova sociedade que se pretende construir, não de desforra do pobre, mas de conversão do pobre (e do rico com a ajuda do pobre) à verdadeira fraternidade.

2. FATORES QUE CONDUZEM A UMA MUDANÇA DE OPÇÃO

O que tem levado um número crescente de religiosos, nestes últimos anos, a mudar de lugar social colocando-se na ótica do pobre e tomando partido ao lado dele?

Reportando-me de novo aos depoimentos feitos no seminário de religiosos inseridos em meio popular, um primeiro fator inicial e decisivo na opinião de muitos dos presentes ao seminário, é terem **mudado sua residência para o meio do povo**. Para a maioria, isto significou deixar uma residência confortável em colégio ou casa situada em bairro de classe média ou alta e passar a morar numa casa simples, de pouco conforto, num bairro popular. Um grupo, representando quatro comunidades religiosas, escreveu o seguinte — “Moramos em bairros de periferia. Nos-

sas casas são barracos de madeira. Nossos vizinhos são em geral operários, biscateiros, empregados em outros setores. A maioria vive com salário mínimo”.

Tal mudança de lugar físico leva naturalmente a um estilo de vida mais sóbrio, de privações: “Procuramos viver um estilo de vida bem simples quanto à moradia, alimentação, serviço em casa, e ‘sofremos’ algumas dificuldades de nossos bairros — falta de água, problemas de transportes, etc.”

Não é difícil imaginar que esta convivência faz parte de um processo de solidarização com o povo pobre, abrindo espaços para uma mudança de ótica e a consolidação de uma opção de vida a favor dos desfavorecidos. Esta opção de par-

tilhar a vida do povo pobre foi deixando aparecer com clareza a oposição de interesses entre as classes sociais. Um grupo expressava assim esta experiência: "Quanto mais mergulhamos na comunidade de destino com os pequenos, mais nos distanciamos das classes remediadas, dos grupos tradicionais e atividades da Igreja ligadas à pastoral sacramentalista, por termos interesses diferentes e não raras vezes conflitantes".

Como um segundo fator de inserção aparece para muitos o **trabalho assalariado** como meio de vida. Fator de integração com o povo, que vive do seu trabalho, fator de ruptura também com a imagem tradicional da religiosa como de gente que não precisa trabalhar para viver; ocasião de sentir a dureza da vida do trabalhador humilde, do pequeno funcionário, e de sofrer as injustiças que ele sofre. "Assumimos um trabalho assalariado no campo da saúde e da assistência social, visando uma fonte de renda esclarecida aos olhos do povo e uma situação de trabalho reconhecida. Isto fez que o povo percebesse que estávamos em comunidade de destino, solidários no aspecto de manutenção, de dependência dos mandos dos outros, da exploração quanto ao salário, horário, do cansaço."

Dois religiosos (um sacerdote e uma religiosa) presentes ao seminário haviam feito a experiência de **trabalho em fábrica** (operários de indústria), testemunharam a importância desta vivência para seu trabalho com os operários, no sentido de fazer desaparecer barreiras e

de abrir à compreensão do mundo do trabalhador da indústria. O padre escreve o seguinte: "Com autorização do Sr. Arcebispo, passei a morar lá (no bairro de área industrial), vivendo do trabalho em uma fábrica. Este modo de inserção me parece que é fundamental para não criar barreiras. Quando o povo descobre que você é religioso, já é seu amigo pela convivência diária e muitas barreiras já caíram. Vocês estão juntos no mesmo trabalho, na mesma condução, na mesma exploração todos os dias... Quem não passa por este tipo de experiência dificilmente vai entender o ponto de vista do operário."

Há um terceiro fator, que está um pouco na sequência dos dois anteriores, e que aparece como um verdadeiro divisor de águas: a **militância religiosa e social** com o povo, ao lado do pobre. Trata-se de superar um eventual lirismo do culto à pobreza e ao pobre, para passar ao realismo das verdadeiras lutas dos pobres. O primeiro inimigo a vencer neste campo é a inconsciência de muitos pobres e a cumplicidade do pobre com um sistema que o explora, embora lhe ofereça também algumas vantagens. Junta-se a isso a crença ingênua de alguns líderes religiosos e sociais de que o povo busca espontaneamente a mudança. Isto é uma concepção errônea que precisa ser combatida. Escreve um dos grupos: "Notamos que espontaneamente o povo não se desperta para uma ação libertadora. A experiência nos prova que não podemos falar de educação libertadora se não há um grupo ou comunidade que a apóia e a torna

possível". Depois, é preciso não se substituir aos pobres: antes é necessário despertar suas lideranças, apoiar as suas organizações, e, à luz dos princípios do Evangelho e da análise da situação, ajudá-los a criticar os próprios erros e a organizar os seus projetos de ação.

A militância religiosa e social é importante porque aí é que começam a aparecer as **contradições** e a cair as máscaras. Os amigos e "benfeitores" de ontem, pais de alunos, contribuintes de obras sociais, começam a aparecer entre os patrões que pagam mal os seus operários, entre os sonegadores de impostos, entre os patrões que fazem listas negras de empregados grevistas, que não querem nem ouvir falar desta "idéia comunista" de co-gestão.

A ação social e religiosa, ao lado dos trabalhadores e das donas de casa fez não poucos religiosos descobrir por um lado o senso prático do povo e seu espírito de solidariedade e de luta. Por outro lado, revelou também suas limitações, seus medos, a tentação do escapismo pelas portas dos fundos do individualismo, a falta de capacidade de análise mais ampla da sua situação e das raízes mais profundas do mal. Isto tem motivado os próprios religiosos a melhorarem sua preparação teórica.

A vida no meio popular é uma vida exposta e questionante. A fidelidade ao compromisso com o povo é posta em questão não só por tentações que vêm dos adversários naturais do povo, mas pelo próprio cansaço de um tipo de vi-

da, que não se assume por necessidade, mas por opção, pela lentidão dos avanços na luta e pelo poder da corrupção e do dinheiro, que parecem tão mais fortes que os meios pobres e honestos.

Aí entra o **fator decisivo da nossa fé**. O que se pede não é outra coisa do que dar a própria vida em resgate dos irmãos, a exemplo de Cristo. Com uma radicalidade alegre e sem volta. Quem vive sua consagração a Deus nas pessoas dos irmãos pobres sente mais necessidade do que nunca de uma oração vital que exprima e alimente sua luta e suas esperanças. Muitos fazem um novo aprendizado da oração. Um depoimento diz: — "Sentimos que devido à mudança de lugar social, que influi radicalmente em nossa vida, estamos reaprendendo a rezar, pessoal e comunitariamente. Valorizamos a oração como fundamental em nossa vida... Sentimos necessidade que acompanhe nossa prática. Assim, ensaiamos uma espiritualidade libertadora..."

O padre operário escreve: "Diariamente celebrava antes de sair para o serviço na fábrica. Aos domingos celebrava missa para o povo na praça". Uma nova visão dos votos ("promessas de disponibilidade, de abertura, para buscarmos a justiça junto com nossos irmãos") e engajamento eclesial e vida fraterna são outros aspectos desta motivação mais profunda, a nível da fé, e que faz olhar com tanta esperança para a vida de religiosos inseridos no meio popular com uma experiência radical de fé em Jesus Cristo, na América Latina, hoje!

3. ALGUMAS INCIDÊNCIAS DESTA MUDANÇA DE LUGAR SOCIAL SOBRE A VIDA RELIGIOSA

Uma constante nos testemunhos dos religiosos que vivem inseridos em meios populares é a experiência de “desprivatização” da própria vida religiosa. A vida religiosa passa a ser olhada cada vez menos em vista de si mesma, e cada vez mais em vista da vida da fé e da ação pela justiça com o povo. “Passamos a ter maior preocupação com os problemas do povo em si, e não com a Igreja e a Congregação, como tal”, escreve um grupo. Outro diz: “Percebemos que nossa maneira de vivenciar os votos está mais ligada à solidariedade, à gratuidade, à fidelidade ao Pai e aos irmãos... e em não prender o processo de libertação a nós; de acreditar nos missionários do próprio povo e aprender deles”.

Chega-se facilmente à superação de várias formas de espiritualismo intimista, próprios de um mundo em que a religião é um assunto da esfera privada. O religioso inserido sente mais vivamente a necessidade de fazer da sua consagração um testemunho público de fé (o que não tira a necessidade de uma esfera de vida privada dos membros da comunidade). Em lugar de um mundo de devoções e práticas um tanto esquisitas, de particularismos, há uma tendência de volta às fontes comuns em que se alimenta a fé de todos os fiéis, e que os religiosos são chamados a viver com mais profundidade e vigor novo. O próprio povo se torna mestre de oração. “A oração do povo alimen-

ta a nossa vida”, diz com muita brevidade um testemunho. “Rezamos muito com o povo que se reúne nas Comunidades, participando de seus cultos, de suas orações nas casas, de suas assembléias”.

Surge uma nova espiritualidade, do religioso e da religiosa militantes cristãos, que rezam não só pelo povo mas com o povo. Nas suas celebrações da Eucaristia entra toda a vida: as lutas, as derrotas, as vitórias, as perseguições, a repressão, as esperanças. Os pecados de que a comunidade se penitencia não são mais as distrações na oração ou a fofoca da vida alheia (ainda haverá tempo para isso?), mas a falta de confiança em Deus e no povo, a covardia, a falta de solidariedade, a infidelidade aos critérios do Evangelho nas lutas do povo.

Surge uma nova sensibilidade em relação aos **sinais** que darão de si os religiosos, como manifestação de sua congregação. Nota-se maior consciência entre os religiosos de saberem quais são os sinais que o povo melhor capta e como ele interpreta os símbolos que nós julgamos evidentes. Aí entra a questão do hábito religioso. Não se notou uma posição preconcebida contra o hábito. Mas a questão foi examinada com vistas ao sinal que o hábito pode ser ou deixar de ser para o povo. De forma geral constatou-se que, dentro da nossa tradição brasileira, o uso do hábito é fonte de privilégios e de distância (alheamento) em relação ao povo.

Algumas recordaram que seus hábitos foram originalmente os hábitos comuns dos camponeses do lugar de origem da Congregação, hábito que acabou sendo sacralizado, oficializado como sinal fora de contexto e época. Notou-se que em áreas de influência africana, os trajes, pela cor e pelo feitio, tem o significado que possuem nos seus cultos ancestrais. Assim, um grupo de irmãs que mora numa favela, descobriu, não sem espanto, que o povo de umbanda via nelas um grupo de babalaôs!

Olhando a vida religiosa em sua **dimensão evangelizadora**, aparece cada vez mais clara a consciência de que o Evangelho deve e pode transformar toda a sociedade, tanto a vida particular quanto a vida pública. No contexto da vida religiosa inserida, uma crítica severa é feita à apropriação da mensagem evangélica por parte da classe burguesa e pelo monopólio de interpretação que esta classe impôs na prática aos conteúdos da fé, tentando separar a vida privada (âmbito de que faz parte a religião) da vida pública (da qual se exclui a religião). A mesma separação que se impôs ao trato das questões econômicas e sociais impera também neste campo. Ora, as questões sociais são questões públicas e que devem ser tratadas publicamente. Por exemplo, um tratamento injusto infligido a uma categoria social não deve ser tratada e resolvida em conversa privada com os chefes, para compor a situação, mas de forma aberta, de maneira não só a sanar publicamente o erro ou a injustiça, mas de forma a garantir,

mediante a participação de todos os interessados, um controle maior sobre decisões que podem ser fontes de injustiças, sobretudo quando mantidas em círculos fechados.

Ora, o campo religioso, que mais especificamente atua o agente de pastoral, religioso ou leigo, se for vivenciado como um mundo de práticas e crenças privadas, ao nível da responsabilidade de cada um, passa a justificar e reforçar uma divisão entre esfera sagrada e profana, entre um mundo atingido pela religião e outro alheio a ela, dicotomia cuja manutenção vem ao encontro dos interesses do sistema.

Outro ponto de convergência bastante geral dos testemunhos foi a consciência de que, por mais que, de início sobretudo, o impulso e a direção possa vir dos religiosos, o protagonismo das ações deve pertencer às próprias classes populares e não aos representantes de outras classes "infiltrados" em seu meio. Um grupo expressou assim sua metodologia neste campo: "Damos maior ênfase na formação de grupos onde o povo tem condições de ter uma participação ativa e assumir a liderança e várias tarefas concretas".

No âmbito mais vasto da vida religiosa, e da posição do religioso dentro da sociedade civil, a inserção em nível popular, a mudança de lugar social e cultural, implica no que alguns depoimentos chamam "**perda de status do religioso ou da religiosa**". Cai uma certa aura de veneração mística que cerca-

va o "reverendo irmão" ou a "reverenda irmã". Alguns ainda pensam sentir em si resquícios de uma consciência de superioridade e pru-

rido de ter resposta para tudo, razão de seus esforços "para superar nossos esquemas de mandonismo e sabe-tudo".

4. DESAFIOS QUE A INSERÇÃO COLOCA PARA OS RELIGIOSOS

Se é verdade que os religiosos vivendo no meio do povo podem ser um sinal e um questionamento para este povo, também o inverso pode ser verdadeiro: o povo nos questiona.

Porque a vida religiosa tinha que ser reinserida no meio popular? Simplesmente, por que se havia afastado do meio do povo mais simples e se lá estava, com frequência os filhos do povo que entravam para a vida religiosa acabavam deixando este mesmo povo, para servir os filhos de "gente bem". A questão está lançada: como fazer o povo reassumir não só sua função evangelizadora, mas redescobrir o carisma da vida religiosa "do pobre para o pobre"? Para as Congregações que recebem vocações do meio popular põe-se o desafio de como conciliar um bom preparo religioso e intelectual com a preservação dos autênticos valores que estes jovens trazem da cultura popular de que provêm.

As Congregações estão sendo desafiadas a socializar o seu **carisma específico**. Parece haver uma certa inibição dos religiosos que vivem no meio do povo em relação a este carisma: como traduzi-lo, na luta do povo, nas suas experiências mais próprias de fé? Há também o sentido inverso desta socialização:

como pode o povo ajudar certas congregações a voltarem ao seu carisma original, que perderam ao deixar-se assimilar pelo mundo burguês?

Um papel importante nestas duas formas de socialização está reservado aos religiosos e religiosas que vivem nas comunidades inseridas; "o desejo que alguns superiores expressavam neste seminário é que as comunidades inseridas de suas congregações reforcem os seus laços com as outras casas da Congregação, sobretudo com sua casa de origem. Hoje corremos o risco de uma discriminação às avessas: os que carregam o peso acrescido das antigas obras, carregam recursos para as necessidades da Congregação (às vezes até dos que vão inserir-se...) e ainda por cima são olhados com compaixão!

À medida que o tempo corre, também esta nova forma de vida religiosa corre o risco de se rotinizar. Como enfrentar desde cedo o risco desta rotina? Algumas sugestões:

Primeiro, a **atualização permanente na missão**. Aí vale sobretudo a permanente vigilância para perceber e viver plenamente a presente etapa da missão e ir preparando a seguinte. Um grupo descreve as várias etapas pelas quais já passa-

ram e a etapa na qual atualmente se encontram. "Etapa da sensibilização... etapa da mentalização... etapa da tomada de consciência para uma ação comunitária... etapa de conscientização, (em que atualmente se encontram): criar um hábito de análise para criticar e provocar mudança". Um risco grande, para quem vai se inserir sem um objetivo claro, é acabar sendo vítima da pressão do imediato, sem saber medir tarefas e determinar prioridades.

Segundo, pela **prontidão para a mudança**, a mobilidade de lugar ou de tarefa. A perspectiva de não se eternizar num lugar é um bom estímulo para fazer o povo assumir cada vez mais e tornar nossa presença dispensável. Nós religiosos não somos hierarquia encarregada do pastoreio normal, mas consagrados para uma vida de testemunho e de evangelização, em íntima comunhão com a Igreja, com um chamado especial a assumir missões mais difíceis, atender situações de maior carência, de apresentar-nos lá onde se trata de fundar a Igreja, de desencadear um processo de evangelização libertadora. Imbuídos desta concepção, algumas congregações adotaram o critério de **delimitar o tempo de permanência**

em um lugar. O tempo de permanência é marcado de acordo com a tarefa que o grupo se propõe e as condições objetivas do lugar. Findo este tempo, a não ser que as revisões aconselhem o contrário, é partir para outra. Uma das comunidades presentes ao encontro expôs o seu plano de formarem CEBs em um bairro, um plano em três etapas, e com a duração prevista de três anos, tudo de acordo com o pároco e o bispo do lugar. "Depois de três anos, levantar a tenda", assim terminava o relato do plano.

Esta delimitação do tempo nos reporta a uma questão mais ampla, cuja discussão não cabe nos limites deste artigo, da necessidade de inserção da experiência na pastoral da paróquia e da diocese local. A falta desta inserção e entrosamento, tem sido fonte de tensões e malentendidos. Se o problema é dos religiosos, é preciso fazer uma séria reavaliação do projeto. Se o problema é ausência de definição da Igreja local em relação à vida religiosa inserida, isto pode ser razão suficiente para não se iniciar uma experiência deste tipo naquele lugar, ainda mais quando os apelos vão em outra direção. Em outros lugares talvez os estejam esperando ansiosamente!

MISSÃO PAROQUIAL DE UMA FRATERNIDADE RELIGIOSA

*Podemos nos contentar com um trabalho
de conscientização das lideranças? Ou convém
arcar com alguma obra social estrutural?
Diante da multidão faminta, Jesus desabafa:
"Tenho pena deste povo" e multiplicou os pães.*

Ir. Jeanne Marie Tierny, OSU

Ilhéus, BA

Dando prosseguimento à partilha de experiências iniciais no ano passado, tentarei mostrar como, em **Fraternidade Ursulina a serviço da Pastoral Paroquial**, nos esforçamos para desempenhar nossa missão.

Quais são os aspectos diversos de nossa diaconia, sua finalidade, algumas conotações que a vida religiosa toma neste apostolado?

Entre os sinais dos tempos, isto é, "os eventos que simbolizam e caracterizam melhor as mutações do mundo atual", João XXIII, na encíclica **Pacem in Terris**, discernia como fonte de esperança, aspirações e dificuldades da humanidade hoje, a promoção da mulher.

Paulo VI, na sua mensagem ao Concílio Vaticano II, reforçou a intuição de seu predecessor: "A hora chegou onde as mulheres adquirem na sociedade, uma influência, um raio nunca atingido até agora.

"Por isso, neste momento, em que a humanidade experimenta uma mutação tão profunda, as mulheres impregnadas pelo espírito do Evangelho podem ajudar tanto a humanidade."

Neste contexto, está situada nossa missão: queremos ser presença feminina de pessoas consagradas a DEUS a serviço das famílias; na pobreza, servir à formação de Comunidades Eclesiais de Base; pela oração e vivência da fraternidade, ser elo na paróquia, a fim de que ela seja célula viva na Igreja Particular.

Notemos de antemão: a responsabilidade da paróquia acarreta uma carga administrativa de certo peso, mas nos permite agir entrosadas e em complementariedade com os movimentos leigos; a Pastoral ganha muito em amplitude e qualidade.

I. PRESENÇA AS FAMÍLIAS

Em continuidade com a *Gaudium et Spes*, Puebla nos aponta o ideal da família, "que ela se torne Igreja Doméstica, convertida pela força libertadora do Evangelho em escola do mais rico humanismo", sabendo-se peregrina com Cristo e comprometida com Ele no serviço da Igreja Particular. P. 589.

Diante desta meta elevada, o que descobrimos sempre mais? Uma imensa miséria física e moral. A maioria das famílias são incompletas, por causa do abandono ou falecimento do pai ou da mãe, ou pela situação de mãe solteira. Não é fácil ao arrimo de família encontrar trabalho a fim de ganhar o salário mínimo, que mal dá para sobreviver.

Muitas mulheres, além dos encargos domésticos e de maternidades quase anuais, lavam roupa de ganho, para ter um dinheirinho no fim do mês. Desde seis da manhã, esperam condução ou caminham com a trouxa na cabeça para lavar a roupa num riacho a mais de meia légua de distância. Estamos lutando com a equipe diocesana de Promoção para que, com a ajuda das patroas, elas possam se inscrever no INAMPS.

Os problemas de moradia, alimentação, doença, brigas, alcoolismo, imigração são freqüentes. Às vezes nos deparamos com casos cruciantes tal a briga entre dois pescadores que leva um ao túmulo e o outro à cadeia. As mulheres, heroínas, lutam para fazer alguns bis-

cates que lhes permitam sobreviver com suas numerosas proles. Não é difícil reconhecer "nestas feições concretas de nossas famílias, as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e nos interpela." P. 31.

Os movimentos paroquiais que mais cooperam neste serviço às famílias são as legionárias e os membros da equipe de Pastoral de saúde. As pessoas dedicadas que compõem os **presídios da legião**, são dignas de elogios, pois foi o único movimento que encontramos em pé quando chegamos à Paróquia, bastante sacudida com a mudança freqüente de padres. As legionárias vão às famílias, dão conforto pela sua amizade, ajudam a solucionar os problemas urgentes como o de obter aposentadoria para pessoas idosas ou vagas no hospital para doentes sem amparo.

Algumas legionárias uniram-se aos cursilhistas e membros do Curso de Igreja para formar a **equipe de pastoral de saúde**. Verdadeiramente eclesial, esta equipe é constituída por pessoas pobres que vivem em barracões, e por pessoas cujos maridos têm situação de destaque na cidade; elas comungam no mesmo objetivo: manifestar aos mais pobres, o amor do Senhor. Juntas, elas rezam, arrumam casas e camas dos doentes; com carinho, dão banho neles. Esperamos que, em breve, algumas já formadas pela equipe diocesana de saúde, sejam ministras da Eucaristia para os enfermos.

A **Escola de Pais** foi um outro serviço que organizamos em prol da família. Casais preparados vieram explicar as características da nova figura do pai e da mãe em nossa sociedade, onde pouco a pouco, a família patriarcal se vê suplantada pela família nuclear. A participação das mães, "viúvas de marido vivo", é, infelizmente, bem maior de que a participação dos casais.

Uma outra forma de presença da nossa parte, religiosas e leigas é o atendimento na hora da morte. Na Paróquia, os falecimentos não são raros. Geralmente as famílias nos avisam. A **Liturgia da Esperança** que fazemos com os parentes e amigos do defunto, conforta na fé. Da nossa empatia no momento da dor, nasceram grandes amizades.

Nesta Pastoral pela presença, nossa feminilidade se afina. Bispos da CNBB, respondendo em 1974 a um inquérito sobre a participação das mulheres na Igreja, achavam que temos "uma especial sensibilidade, que somos humanas, comu-

nicativas, delicadas no trato". Isso não é para nos enaltecer, mas para, de fato, agir conforme a nossa personalidade feminina.

No entanto, para sustentar um contato benéfico de ambas as partes, com os pobres e os que sofrem, não bastam dons humanos; é preciso a fé que impede o desânimo diante de nossa incapacidade humana em resolver situações, fruto de conjunturas complexas e esmagadoras. Percebemos que nossa presença traz alívio e esperança; porém, quem mais ganha somos nós, agentes da Pastoral: ficamos maravilhados diante da atitude de nossos pobres em situações avessas; manifestam uma confiança inabalável na bondade do Pai e, muitas vezes, sabem ser solidários entre si; ficamos gratas pelo exemplo de fé e caridade que eles nos dão.

No entanto, diante da amplitude dos problemas, não podemos nos contentar em pescar com anzol; temos que lançar a rede de arrastar. Tentamos fazê-lo através do serviços às CEBs.

II. NA POBREZA, SERVIÇO AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

O movimento de Pastoral renovada está polarizado pela formação de comunidades eclesiais de base. Embora não haja modelo único, mas variedade imensa, Puebla aponta suas dimensões fundamentais: que haja possibilidade de relações primárias; no conhecimento mútuo, as pessoas acolhem a Palavra de Deus, fazem revisão da vida, refletem sobre a realidade à luz do Evan-

gelho, empenham-se na promoção das famílias, do bairro, da comunidade local. P. 629.

A formação de comunidades de base foi e é o nosso principal objetivo. Quando assumimos a Paróquia, a Diocese promovia para toda a cidade, uma missão popular preparada pelas Irmãs Mensageiras do Amor Divino e dada pelos Padres Redentoristas. Foi uma sacu-

dida, um despertar, um impulso. Toda a Paróquia foi dividida em quarteirões chamados setores. A mesma imagem de Nossa Senhora Aparecida passava de casa em casa e os vizinhos se encontravam para refletir sobre um sóbrio roteiro de salvação e juntos louvar a DEUS. No entanto, esses setores, baseados num único fator geográfico, ou morreram, ou a pujança de vida na base os levou a felizes modificações.

O que fazemos para que os setores se fortifiquem? Fornecemos subsídios para as reuniões. Quatro grandes Campanhas anuais são ocasião de novo estímulo. Trata-se da Campanha da Fraternidade, na quaresma; da longa preparação à festa do Padroeiro São João Batista; do mês da Bíblia; das seis semanas que antecedem o Natal. Aquelas comunidades em formação, que são animadas por cristãos coerentes, descobrem que é bom conviver, aprofundar-se na Palavra de DEUS, enfrentar juntos os problemas; elas se sustentam o ano todo. Outros setores ficam só com as campanhas e não se abriram ainda ao dom do Pai para ser comunidade.

Segundo uma certa unidade de bairro, várias comunidades de base em formação (C.E.B.s.) se agrupam sob uma mesma coordenação geral; umas têm um início do Conselho Comunitário. Estamos ajudando para que cada vez mais ampliem seu campo de responsabilidade e fortifiquem seu caminhar autônomo, embora entrosado em nível paroquial. Assim vão se organizando as seis vilas rurais, as

três comunidades de subúrbio e as duas do Centro da Paróquia e também a Comunidade do Conjunto Habitacional. Esta última, se apresenta bastante difícil, pois a população flutuante não tem raízes e, principalmente, o "modelo familiar" é o de uma sociedade de consumo, como aliás, na classe média do Centro da Paróquia, onde o casal trabalha, mesmo deixando crianças em mãos pouco experimentadas, querendo ter mais lucro e conforto. Obviamente não se pensa em reuniões onde se doar, mas em mergulhar nos programas de TV. No entanto, há exceções devidas às lideranças excelentes que conseguem remar contra-corrente. Muito significativo neste bairro é o testemunho da fraternidade de três religiosas consagradas na Igreja local.

Para ter comunidade de base, precisamos conjugar duas condições desafiadoras. Por um lado, achar o terreno, diria o meio ambiente, o "humus" propício; do outro lado, formar lideranças evangélicas. O meio deve apresentar alguns pontos de convergência, uma certa homogeneidade, como uma vida rural, um bairro pobre, uma equipe de cursilhistas concretamente aberta aos outros. Mais facilmente os pobres se unem em comunidade de base, talvez porque aí se acham reconhecidos e tratados em pé de igualdade, mas principalmente, por causa de uma certa conaturalidade com as coisas de DEUS: "Pai, eu te agradeço porque escondestes estas coisas aos sábios e doutores e as revelastes aos pequenos". Mt 11-25-26.

O papel das lideranças é determinante. Onde vem? Nas vilas e subúrbios são estas pessoas em quem "se refugiou a fé"; fonte de paz, elas exercem espontaneamente o "mistério" do Conselho e da Concórdia; conquistam pela sua serenidade. Nas comunidades urbanas, são, em via de regra, os que são atingidos pelo sofrimento, e superaram na fé; precisa de fato, ter feito a experiência de DEUS "provado que o Senhor é bom" para ficar firme na dedicação à comunidade diante das dificuldades de toda espécie, inclusive as más interpretações.

Nas comunidades tenta-se resolver as urgências, por exemplo, aliviar casos de doenças ou consequências de desastres; e, às vezes, constituir grupos de pressão para trazer algum benefício ao bairro, tal como, um horário mais certo de ônibus, com frequência nos lugares mais afastados, uma ligação de água, a máquina para permitir que ruas ou estradas sejam transitáveis. Participa toda pessoa que tem senso de solidariedade, mas os católicos ficam mais motivados. No entanto, temos muito que nos conscientizar para que o povo se firme nesta atuação difícil, de cunho político.

O culto e os círculos bíblicos são o motivo principal das reuniões de comunidade, pois a dimensão da fé é primordial. Quando as lideranças conseguem criar um clima de simplicidade e confiança, as pessoas vão se abrindo, falam da experiência pessoal ou de terceiros em dificuldade, olham a situação do bairro. Nas capelas, às vezes, não se

encontram adultos alfabetizados para assumir o cargo de animador, o que traz muita dificuldade.

Onde se reúne a comunidade? Geralmente numa casa acolhedora que tem uma sala um pouco maior: a mobília, nas famílias pobres, não toma muito lugar! E os vizinhos trazem assentos. Porém, a necessidade de um lugar próprio se faz sentir. O povo pensa logo em construir uma igreja. Fazemos descobrir que um centro comunitário servindo para o culto, reuniões, cursos promocionais seria mais funcional. Para obter esta infra-estrutura, que é um centro polivalente, é preciso lutar muito. De fato, partilhamos o sofrimento do "fraco" que procura onde e como construir seu rancho. Nossa situação atual é a seguinte: não terminamos o segundo centro, encaminhamos um terceiro, e cinco estão na fila de espera. Estas construções, sóbrias mas amplas, pois é preciso trabalhar para o futuro, vão se fazendo por etapas, com contribuições espontâneas em trabalho e dinheiro, com a ajuda dos nossos irmãos da Alemanha. Embora, a necessidade de contenção e a lentidão sejam uma provação, percebemos que meios simples permitem o entrosamento do povo, enquanto meios grandes abafam possível colaboração por parte da base. De vez em quando, com a nossa participação no trabalho braçal, o povo organiza mutirões. São benefícios para o crescimento da comunidade; até crianças ajudam a carregar tijolos e telhas; as moças arcam com a feijoada e o serviço de água; a comu-

nidade toma consciência que o Centro Comunitário é dela.

Nossos animadores, como já vimos, são gente boa, que quer se dedicar. No entanto, de vez em quando, um ou outro procura na comunidade uma plataforma para se mostrar e dominar; essa, logo repara e responde pela passividade: o falso líder se cansa e cai fora ou se endireita. Como os animadores são gente muito ocupada, arrimo de família, quase só a formação ocasional é viável; em diálogos simples com eles, analisamos os fatos, fazemos revisão, e descobrimos juntos o sentido profundo do que se vive. Essas conversas reabastecem os animadores; já naturalmente bons, eles vão se abrindo a DEUS e à comunidade, superam os complexos, principalmente o da sua pouca instrução, criam coragem. Opera-se nele uma mudança de mentalidade em relação à religião: descobrem que a fé se vive em todas as realidades da vida real e comunitária. Precisamos nos empenhar ainda mais na formação dos nossos animadores.

Outra liderança determinante na evangelização de comunidade, é a dos **catequistas**, pois lhes é confiado o anúncio da Palavra às crianças, aos adolescentes, aos adultos. Começamos com moças; no ano passado, conseguimos envolver, na zona urbana, quinze mães catequistas; foi uma experiência válida, pois estimulou a vida cristã do lar e várias mães conseguiram atingir as famílias do seu quarteirão. Pouco a pouco, os rapazes também descobrem a grandeza da missão cate-

quética. Geralmente vocacionados são dedicados como os dois que percorrem à pé, cada domingo, os dezoito quilômetros para atender a uma vila rural. As moças também dão a catequese a preço de grandes sacrifícios, pois trabalham de dia e estudam à noite. Para formar nossos catequistas de toda idade, temos excelentes treinamentos doutrinários e pedagógicos, dados pela equipe diocesana de catequese. Falta-nos prolongar melhor esta preparação; é difícil, pois viável quase somente em contatos individuais.

Uma catequese entusiasta é a preparação de pais e padrinhos para o Batismo das crianças, pois é a margem missionária de nossa atividade pastoral. A metade dos participantes vem de famílias incompletas e não tem formação cristã. Dada por uma equipe de leigos, esta catequese é mais anúncio do que instrução sistemática. Este curso nos aproxima portanto de famílias desconhecidas. Queremos que, sempre mais, ele se torne ocasião de encontros de amizade.

A **Pastoral da Terra** é uma concretização de nossa opção pelos pobres. Talvez seja o campo onde se exercita mais nossa pobreza, pois é o lugar onde se manifesta duramente o pecado social. Precisamos nos converter para tomarmos conhecimento da realidade, e não ter medo de sentir nossa incapacidade. Quem nos despertou, quem nos aconselhou, quem nos deu todo apoio foi a Igreja Particular que fez esta opção, promovendo encontros de reflexão com os trabalhadores,

e, na pessoa do Sr. Bispo, dá respaldo nos casos litigiosos.

Uma de nós, enfrentando grandes dificuldades de condução, alojamento, alimentação, consegue atingir até as vilas e fazendas afastadas do centro da Paróquia.

Começamos a alertar o povo sobre a sua situação de perigo: muitos posseiros trabalharam muitos anos num pedaço de terra e não têm documentação do mesmo; não se preocupavam pois até agora, ninguém cobiçava estas terras de pouco rendimento. Nossa gente estranhou "freiras" falando destas coisas como se pudessem entender algo das "leis dos homens": a conscientização se faz lentamente "para que cresça a árvore da sociedade nova, diz Frei Beto: é preciso DEUS, que nunca falta e é como o sol; mas é preciso também a união entre os fracos; esta união é como a água indispensável". Indicamos os Sindicatos como via legal de apoio e encorajamos a levantar a cerca, cada vez que ela tinha sido derrubada. Num ou noutro caso, nossa gente conseguiu vencer. Na sua simplicidade, um posseiro foi de joelhos, durante o culto dominical, deixar, no altar da Virgem, o precioso documento de posse, ates-

tando diante de todos que ele venceu graças a ajuda de Deus e da Irmã, do Sindicato e do Advogado.

A luta é grande, as situações perigosas, incentivamos os cristãos autênticos, advogados e fazendeiros, a se colocarem conosco na defesa dos fracos. O testemunho explícito de que a Igreja está do lado dos pobres, já evitou várias injustiças.

Por que unir de modo especial a construção de Comunidade de Base ao espírito de pobreza? Porque a comunidade é dom do Pai; só quem começou a entrar na dinâmica das bem-aventuranças, pode viver a fraternidade; por isso é preciso despojamento interior e afetivo, isso é pobreza. Pobreza para estarmos ao lado do pobre, em conaturalidade com eles; pobreza para sermos simples, acolhedores, disponíveis. Pobreza para nos abrir ao apelo que os pobres nos fazem à conversão "pelo muito que eles realizam em sua vida, os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de DEUS". P. 1147.

Nosso testemunho de pobreza é pessoal e comunitário e brota da pequena comunidade chamada fraternidade.

III. A FRATERNIDADE RELIGIOSA COMO FERMENTO NA PARÓQUIA

A Paróquia é "centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos". P. 644.

No eixo da Paróquia, a fraternidade das Irmãs quer ser, segundo

o papel que Santa Terezinha do Menino Jesus ambicionava desempenhar na Igreja, o coração escondido que ama e se doa. Como cumprir nossa missão? Acentuando, em

coerência com a nossa própria identidade de religiosa, o pólo espiritual. "Um momento de verdadeira adoração tem mais valor em fruto espiritual do que a mais intensa atividade, ainda que apostólica". P. 529; acompanhando o Cristo orante, tomando pessoal e comunitariamente os meios de devido recuo para louvá-lo e humildemente nos recolocar sob a moção do Seu Espírito, só nessas condições poderemos servir os movimentos leigos de oração.

Na Paróquia fizemos reviver o **Apostolado da Oração** porque este movimento tem raízes profundas na tradição e ao mesmo tempo, vai se abrindo à renovação, ajudando seus membros a passar da devoção à fé.

Faz um ano e meio, acolhemos o pedido de leigos marcados pelo sofrimento, de construir o **Grupo de Oração Nossa Senhora de Nazaré**. Da renovação carismática católica, adotaram a atitude de louvor; no aconchego e na espontaneidade, percebe-se a simplicidade na abertura; na meditação partilhada na Palavra de DEUS, nota-se que os participantes adquirem pouco a pouco critérios cristãos, o sentir segundo o Senhor; os componentes firmes são pessoas comprometidas com serviços pastorais nas comunidades.

A **Equipe de Canto**, composta, em maioria por pessoas que têm raízes nos nossos bairros, conhece o gosto do povo e ao mesmo tempo, está aberta à renovação litúrgica. Ela ajuda à comunidade a louvar melhor ao Senhor pelo ambien-

te de beleza e alegria que cria nas assembleias paroquiais.

Bem especializada na sua tarefa, a **Equipe de Liturgia Infantil**, iniciou, faz um ano e meio, a missa das crianças. Desenhos sugestivos, cantos gesticulados, pequenas dramatizações, ajudam meninos e meninas a descobrir o Senhor e seus irmãos, a superar a discriminação, a viver alegres.

As lideranças leigas e atuantes despertaram e se fortaleceram graças ao **Curso de Igreja**. O estudo sistemático da *Lumen Gentium*, feito de modo vivo graças ao ambiente criado pela acolhida, pelos testemunhos, cantos animados, foi esclarecedor; alguns se decidiram a assumir sua missão cristã nos ambientes de família e trabalho e atuar na Igreja. Missionários, eles ministraram o mesmo curso na diocese e fora.

Graças as lideranças de **Curso de Igreja**, a **Festa do Padroeiro**, sofreu metamorfose; de plataforma exibicionista para juizes e festeiros, ela tomou um rumo de evangelização de massa e acentuou, nos seus cantos e músicas, seu caráter popular.

Tentamos servir, a "formação humana, doutrinal, social e apostólica dos leigos", para que eles sejam "verdadeiramente homens de Igreja no coração do mundo e homens do mundo no coração da Igreja". P. 186.

Os treinamentos dados pelas equipes centrais, também na Paróquia, proporcionaram reuniões de reflexões e estudos embora sem con-

seguir ainda dar-lhes a devida continuidade.

Para a formação das futuras lideranças, acompanhamos os grupos de jovens e adolescentes. Bem se conhece a realidade flutuante dos **Grupos de Jovens**, entusiastas e vulneráveis. Os de simples convivência, sem aprofundamento cristão e empenho missionário, não resistem à desagregação. Dos quatro grupos iniciais, dois morreram e um, que parecia fraco, sustentou-se meses com poucos componentes, e agora, após três anos, é fermento no meio dos jovens e sustenta vocações; o segundo no Conjunto Habitacional não consegue ser misto, vive pelo seu empenho social, fazendo visitas aos doentes dos hospitais e aos presos. A vida do grupo depende da equipe de coordenação, se ela for autêntica o grupo desenvolverá para o bem, sua capacidade criadora. Para formar os líderes, as equipes diocesanas de vocação e juventude têm uma influência decisiva, pois os encontros proporcionam a muitos jovens, a experiência de DEUS e da oração. Cada semana durante as férias, além da reunião de grupo e da coordenação, os jovens fazem questão de se encontrar na oração de louvor, e na meditação da sua Palavra.

Os **Grupos de Adolescentes** multiplicam-se cada ano com as turmas da 1ª Eucaristia; com excelente coordenação adulta, constitui em escola exigente de formação humana e cristã. É gratificante notar o crescimento destes adolescentes que vão desenvolvendo suas capacidades apostólicas e artísticas.

Podemos nos contentar com um trabalho de formação e conscientização das lideranças ou convém arcar com alguma obra social estrutural? Diante da multidão faminta, Jesus desabafa: "Tenho pena deste povo" e multiplicou os pães. Como sermos missionários, atingir os que estão longe da Igreja se não nos comprometermos em ajudar os pobres a ter o pão de cada dia. Nesta perspectiva a pedido de uma equipe de leigas, nasceu faz dois anos o "Clube da Fraternidade", organizou **Cursos Promocionais**, em dois turnos, diariamente, em dias úteis, ministram aulas de corte e costura, artesanatos, e uma vez por semana, arte culinária às senhoras e moças de condições fracas, de modo que elas possuam um ganha-pão assegurado. A Cáritas Diocesana conseguiu ajudar na aquisição do material. No entanto, todo o ano de 1979, a equipe se desdobrou e sustentou o desafio de funcionar sem verba.

Após ter pedido opinião e colaboração de duas comunidades paupérrimas, aceitamos ser o ponto de aplicação de um contrato entre a Cáritas Diocesana e a Legião Brasileira de Assistência, para o funcionamento de dois **Casulos**.

São duas **Creches-Escolinhas** em regime de semi-internato. O que atraiu no projeto é que ele envolve as mães das crianças: elas dão a co-operação que podem, um dinheirinho ou ajudam a preparar as refeições. Os recursos são poucos, a luta é grande, quanto tempo as sustentaremos? As crianças vão se educando e se fortificando. Isso nos anima.

A iniciativa de instaurar o **Dízimo** aos poucos na Paróquia, foi também da equipe do Curso de Igreja. É um passo construtivo no assumir corresponsável dos leigos.

Afinal, o núcleo que representa e tenta integrar todas as forças vivas é o **Conselho Paroquial**; constituído por representantes de comunidades e dos movimentos, em união com o Vigário e as Irmãs, nas suas reuniões mensais, ele tenta descobrir as necessidades espirituais e promocionais, às quais podemos responder; ele se esforça para que os projetos se complementem, excluindo a rivalidade, e que, em número crescente as pessoas se entrem na Paróquia.

CONCLUSÃO

Desejamos que o crescimento da Paróquia se faça em comunhão com a Igreja Particular. Pelo apoio do Sr. Bispo e do Vigário, segundo as diretrizes do Plano de Pastoral, na

montagem do qual participamos, com a ajuda pertinente das Equipes Centrais que, como já vimos, formam as lideranças, a Paróquia vai caminhando. É um crescimento calmo, mas real. Grandes amizades vão se fazendo com os ricos de coração pobre, pois "a pessoa que vive em contato habitual com DEUS... sabe defender-se com facilidade da tentação de particularismos que criam o risco de dolorosas divisões". P. 529.

O Espírito Santo serve-se de nós para formar para si um povo. O campo de atuação vai se alargando; os leigos assumem sempre mais. Ficamos alertas e atentas para que os valores evangélicos: a preferência pelos pobres e a interiorização, tenham prioridade. Como Maria, vivemos confiantes na misericórdia e não tememos o risco para manifestá-la; Santa Ângela, nossa fundadora nos recomendou: "Vivendo sob o impulso do Espírito Santo, recebemos com fé viva o que temos que realizar por seu amor".

O COMPROMISSO POLÍTICO DO RELIGIOSO

O religioso tem de situar-se como cidadão na sociedade política. A política é sempre risco e aventura como o é também a vida religiosa. A ação pela justiça para a transformação do mundo é uma dimensão constitutiva da evangelização, ou seja, da missão da Igreja.

Fr. Bernardino Leers, OFM

Belo Horizonte, MG

À primeira vista ao menos, a palavra de Puebla sobre o compromisso político do religioso é clara e taxativa: que ele coopere na evangelização do político, mas resista à tentação de comprometer-se em política partidarista(1).

1. A distinção chave

O projeto de ação dos católicos no campo político, cortado ao meio para os religiosos, se baseia na distinção racional que o documento faz entre política em geral e política de partido(2).

1.1. Política do bem comum

Em seu sentido mais amplo, a política visa o bem comum de todos os que fazem parte da socieda-

de civil. Atuando, projetando, realizando, a práxis política procura criar, ao menos em teoria, o conjunto daquelas condições concretas de vida, mediante as quais as pessoas, as famílias e as instituições intermediárias possam conseguir de maneira mais fácil e eficiente seu bem estar e aperfeiçoamento. Nesta procura, participação, solidariedade e comunhão são palavras de ordem e idealmente os eixos e linhas mestras da ação política em geral.

No estado moderno, estas condições incluem, em resposta às necessidades crescentes da população, alimentação, vestuário, saúde, habitação, luz, água, esgoto, emprego, transporte, educação e formação profissional, produção e repartição

equitativa dos produtos, da renda, serviços de previdência, serviços de comunicação, liberdade, justiça igual para todos, participação política, reconhecimento dos direitos humanos(3). Embora estas condições sejam variáveis no tempo e espaço, não há dúvida de que a característica essencial do bem comum é precisamente que seja comum a todos, sem discriminações de classe social, de poder econômico ou político.

Entretanto, no momento atual, este formulário do bem comum parece ser mais desejo devoto e palavra de discurso do que realidade do povo. Para muitas famílias, grupos sociais inteiros, a qualidade de vida é baixa e a marginalização fato comum. Os bispos explicam que ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas; é não poder participar, não dispor de representatividade eficaz e voz ativa na vida política; é ser manipulado pela propaganda(4). Mas o lado pior da marginalização é a incapacidade e impossibilidade de libertar-se dela, fornecendo a religião, a novela e o futebol a necessária consolação para agüentar mão e tornar a vida suportável.

Em tal situação concreta, a promoção do bem comum não significa simplesmente, que os poderes públicos procurem produzir e distribuir bens e serviços em vantagem de todos os cidadãos sem pro-

tecionismo para com pessoas ou grupos. Diante dos contrastes gritantes eles precisam ter especial consideração para com os membros e grupos mais fracos da sociedade, os quais se encontram em posição de inferioridade para reivindicar os próprios direitos e prover a seus legítimos interesses(5). Esta preocupação intencional com os pobres e fracos em poder existe tradicionalmente na doutrina social da Igreja, mas recebeu sua consagração na opção preferencial pelos pobres, feita pelos bispos da América Latina em Puebla, na esperança de ter seguidores, com todos os riscos, que tal identificação prática possa incluir.

1.2. Política de partido

Numa democracia com ou sem adjetivos, a realização dessa tarefa política fundamental se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo seus próprios critérios ou ideologias. Neste sentido se pode falar de "política de partido", afirma Puebla(6). Em teoria, um partido político é uma organização de luta, formada por pessoas de adesão mais ou menos livre, relativamente bem estruturada, a qual mantém ou procura obter dentro dos aparelhos do Estado, do município, tanto poder de mando, pela ocupação de cargos importantes, que pode realizar suas finalidades, ideais e programas(7).

O que esta definição bonita significa na realidade brasileira é di-

fácil de dizer, visto que o país está em plena fase de abertura política, democratização e reforma partidária. Além disso, o espaço de autonomia que o poder executivo mantém para si não ajuda a valorizar a posição de independência relativa que caberia aos partidos políticos. Todavia, talvez não seja fora de órbita supor que o perfil partidarista continuará principalmente bifronte: o partido do governo, que é majoritário por agora no nível da representação e o partido ou os partidos da oposição, que são a minoria atual nas legislativas. Até certo ponto esta situação simplifica a decisão do cidadão na hora de votar, pois a parte principal da opção será a favor ou contra o governo que está no poder.

Doutro lado, a dificuldade é, que os partidos existentes e em formação e quase todos os candidatos a cargo eletivos se movimentam mais ou menos vagamente dentro da mesma esfera global do catolicismo. Apesar de certa secularização da linguagem política, a atividade política envolve a religião dominante e tenta aproveitar de sua influência popular. Talvez os programas partidários sejam bastante utópicos ou difíceis de merecer crédito; há quase sempre algum ideal, alguma tese que poderia encontrar apoio na doutrina social da Igreja e em que católicos conscientes se reconhecem. Também entre os eleitores de todos os partidos, antigos e novos, há sempre muitos católicos, embora talvez sejam classificados por certa sociografia religiosa como marginais.

Nesta situação de "todo mundo é católico", ganha valor especial a palavra do Vaticano II sobre as diferenças que podem haver nos modos de pensar e solucionar problemas políticos entre os fiéis. Nestes casos não é lícito a ninguém reivindicar exclusivamente para sua sentença a autoridade da Igreja(8). Uma mesma fé cristã pode levar a assumir compromissos diferentes. Diante da diversidade das interpretações da realidade e das solidariedades vividas por cada um, há de surgir normalmente uma variedade legítima de opções possíveis(9). Embora seja desejável um esforço de compreensão recíproca das posições e motivações uns dos outros, tal esforço muitas vezes não leva a unificar as idéias e atitudes na práxis política.

Também em ambientes predominantemente católicos, podem funcionar vários partidos em oposição mútua, pois, embora se inspirem na doutrina cristã, podem chegar a diferentes conclusões e linhas práticas de agir. Por isso, nenhum partido político por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja, pode arrogar-se à representação de todos os fiéis(10). Se e em quanto partidos políticos no Brasil, em seus programas e práxis, se inspiram na doutrina da Igreja, não parece ser evidente. Ao menos para com a política dominante as muitas críticas de Puebla e da CNBB para com a situação real do povo e do país apontam outra orientação ideológica, o capitalismo liberal, a doutrina da segurança nacional, o elitismo, o oportunismo pragmático para manter a hegemonia.

2. A decisão pastoral

A distinção entre política de bem comum e política partidária constitui o divisor de águas no compromisso político dos religiosos: sim para com a primeira parte; não para com a segunda.

2.1. Política do bem comum, sim

O processo dinâmico da libertação integral das pessoas, grupos sociais e povos, que se vai realizando na história, abrange as diversas dimensões da existência humana neste mundo: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações mútuas. Pela práxis dos cristãos, a força transformadora do evangelho há de circular por todos estes campos de ação na sociedade. Do contrário, a mensagem e a missão da Igreja no mundo perderiam seu sentido e sua originalidade e seriam manipuladas facilmente por sistemas ideológicos e por partidos políticos(11).

Em função da fé, os cristãos tem de valorizar a política e participar dela, enquanto houver oportunidade, porque a convivência humana de um país moderno é formada em boa parte e marcada profundamente, para o bem ou para o mal do povo, pelo poder político, seu exercício e suas opções feitas. A ordem política não está apenas sujeita à ordem moral e seus julgamentos; a própria fé revela o campo político concreto como campo missionário, pois "tudo é vosso" e tudo está colocado ao alcance do mistério do bem-querer de Deus, para restaurar todas as coisas sob uma só cabeça, Cristo(12).

No sentido amplo, enquanto visa o bem comum no âmbito nacional e internacional, a política interessa à Igreja, leigos, religiosos e pastores. Pois, a ação pela justiça e a participação ativa na transformação do mundo são uma dimensão constitutiva da evangelização, ou seja, da missão da Igreja(13). A política é uma forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele(14). Fiel a Cristo a Igreja ajuda a corresponder ativamente às aspirações do povo, especialmente aos anseios dos que estão marginalizados na sociedade. Pelo seu testemunho e ação multiforme, ela leva o povo a promover seus valores humanos que também devem inspirar a política.

2.2. Política partidarista, não

A política partidarista é o campo próprio dos leigos. Chamados que são para impregnar o mundo de espírito cristão e serem testemunhas de Cristo em tudo no meio da comunidade humana, pertencem a eles a tarefa e a responsabilidade de participar ativamente de um partido político, cada um conforme sua competência. Corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequada para alcançar seus legítimos fins. A hierarquia, por seu lado, lhes garante sua solidariedade, favorecendo sua formação e estimulando-os em sua criatividade(15).

Para os religiosos, a situação é diferente. Por sua forma de seguir a Cristo e sua missão dentro da

Igreja, eles também têm de cooperar na evangelização do político. Numa sociedade, marcada pelo consumismo, pela competição dura e implacável e pelo ateísmo prático, os religiosos têm que ser testemunhas de uma real austeridade de vida, de comunhão com os homens e de intensa relação com Deus. No entanto, para não provocar confusão dos valores evangélicos com uma ideologia determinada nem misturar vida religiosa com partido político, eles deverão resistir à tentação de comprometerem-se em política partidária. Por esta renúncia pessoal, evitarão divisões dolorosas e radicalismos sócio-políticos(16).

Evidentemente, como qualquer outro cidadão, o religioso tem o direito e o dever de usar seu voto comum(17). No atual sistema político, isso significa fazer uma opção por determinado partido, pois todos os candidatos são de determinado partido e estão obrigados à fidelidade partidária. Mas não convém participar ativamente da ação de um partido, de sua propagação, ou apresentar-se como seu candidato a um cargo eletivo. Tais atividades ficam para os leigos. Os riscos, tentações e lutas da vida política partidária são deles.

3. O início dos debates

Aqui termina a leitura de Puebla. Mas a reflexão ainda não acabou. Ao contrário da primeira parte em que Puebla analisa e critica os fatos reais em linguagem clara e direta, dando "nome aos bois", a parte doutrinária sobre evangeliza-

ção e política se envolve numa linguagem mais distanciada, isenta, suficientemente purificada de qualquer poeira ou complicação que a vida de cada dia apresenta também a muitos religiosos. Por isso em algum lugar de sua existência, o leitor fica insatisfeito, com perguntas na cabeça e dúvidas para sua vida prática. Este lugar é exatamente o lugar onde as opções concretas se oferecem, as decisões práticas caem e a responsabilidade se alimenta da consciência moral pessoal. O tom persuasivo da renúncia não convence sem mais nem menos.

3.1. Teoria e prática no plano pessoal

A clareza do texto começa a perder um pouco de sua evidência, quando a memória entra com dados do passado e do presente. Na história política do Brasil sempre houve participação ativa de religiosos nos momentos importantes. Em vários países, especialmente onde havia ou ainda há partidos do tipo democrático cristão, muitas vezes religiosos ocuparam cargos importantes na legislativa e na vida sindical. Nem faz muito tempo, bispos de certos países fizeram questão de ter padres nos movimentos operários e na política partidária. Na poltrona de uma vida bem protegida, uma discussão sobre não-violência corre como um rio largo. Por que o impacto dramático da decisão, luta e morte do Padre Camilo Torres ou a participação de outros religiosos nas guerrilhas da América Latina continuam sua on-

dulação como uma brisa leve, sobre o mar calmo das claras distinções teóricas?

Os fatos que a história e a atualidade apresentam na América Latina relativizam o pronunciamento de Puebla e dão-lhe um caráter histórico e bem circunstanciado. O que não quer dizer, faltam motivos para pleitear uma renúncia à participação partidária da parte dos religiosos. O motivo que Puebla mesmo fornece é que não convém provocar confusão dos valores evangélicos com uma ideologia determinada. Mas, deixando de lado a questão, porque o texto supõe que a ideologia de um partido político sempre deva ter um sentido pejorativo, o argumento é curioso, pois vale para os leigos também. Eles têm o dever de tomar este risco, enquanto os religiosos não podem sujar suas mãos puras e confundir coisas?

Todavia há outros motivos. A falta crônica de padres na pastoral foi tratada primeiramente com a importação de estrangeiros, que não são eleitores e costumam ter pouco interesse pela política local; depois com o convite a muitas religiosas de assumirem tarefas pastorais, até paróquias ou bairros inteiros, sem jamais substituírem o sacerdote; ultimamente com a distribuição de ministérios pastorais entre leigos, com a proibição de empregar sua autoridade em função de partidos ou ideologias(18). Mas a falta de ministros sacerdotais que se dediquem com tempo integral à pastoral continua. Não sobra pessoal para cargos políticos, ao que parece.

Na boca do povo há várias histórias ou estórias sobre padres expulsos, de sua paróquia, amarrados numa égua, porque "mexeram" com política e brigaram com líderes partidários que ganharam as eleições. Com a onipresença do catolicismo na vida social e nos partidos políticos, será difícil evitar conflitos, rupturas e inimizades, se um pároco se candidatar a um cargo eletivo na política. Por falta de clero diocesano, muitos religiosos assumiram paróquias e obras sociais ou educacionais, e se integraram mais ou menos nas estruturas históricas do serviço pastoral; com isso, perderam uma boa parte de sua liberdade evangélica de movimentar-se e de servir em tarefas sociais que não são do domínio da liderança eclesiástica.

Há religiosos que, depois de dois anos de filosofia e quatro de teologia, se tornam exímios construtores, ecônomos e "managers" de obras sociais e educandários, porque os talentos naturais não se deixam suprimir tão facilmente. Mas a formação retilínea que religiosos costumam receber e a vida bem instalada que geralmente levam não formam uma boa propedêutica para os rodopios da política partidária no mundo atual. De Salomão contam, que ele sabia tudo, desde o cedro do Líbano até ao hissopo que brota nos muros e que ele tinha uma visão tão vasta como as areias que estão à beira do mar. Mas tal conhecimento e tal visão mal se podem supor, quanto os pontos de contato com a vida do mundo se limitam ao noticiário da Globo e à leitura superficial de um

jornal de grande circulação. Para conhecer a sociedade e a vida política brasileira, tais fontes são unilaterais e limitadas demais.

A maneira tradicional da vida religiosa não dava facilmente senso crítico e visão para com as coisas do mundo, como são a política e o jogo dos partidos. O pequeno mundo da rotina das orações, dos trabalhos fixos, numa rodinha restrita de pessoas, em que religiosos às vezes continuam girando, forma uma barreira diante do grande mundo, em que as decisões políticas são tomadas e repercutem na vida do povo. Muitos documentos eclesiásticos ajudaram a abrir os olhos dos religiosos e tirar um pouco aquela inocência que é ingenuidade diante dos elogios, promessas, serviços e doações que políticos sabem oferecer, como se fossem desinteressados. Porque o religioso pensa no céu, não entende facilmente, que o pagamento do político é a curto prazo. Porque ele é idealista, não repara a malícia e a filigrana de manipulações e cálculos com que um político costuma operar.

Apesar de parecer um tiro no ar, até o argumento da emancipação dos leigos podia servir para manter religiosos fora da política partidária profissional. Este argumento é pouco usado em colégios e hospitais que pertencem a uma ou a outra congregação religiosa e estão sob sua direção. Mas nestas áreas, o relacionamento entre Igreja e Estado, como se costuma dizer em ambientes eclesiásticos, não entra tão imediatamente, como é

na práxis política. Deixar o campo livre aos leigos para assumirem sua missão na vida política seria assim um convite e um estímulo para eles entrarem em ação, sem a tutela e dependência contínua de decisões alheias.

Todas estas ponderações, porém, não são decisivas, para fazer da renúncia que Puebla persuasivamente impõe, uma lei de Medos e Persas, sem exceções. A multidão de diretivas, aliás, que o texto de Puebla fornece constitui já por si um aviso de que não pretende funcionar como uma espada: lei é lei, norma é norma. Apesar do interesse de qualquer superior prudente em ordem e disciplina geral, há de ter ainda um espaço para o exercício da liberdade, a formação do próprio juízo, a aceitação da própria responsabilidade pessoal.

3.2. Teoria e prática em nível de renovação

Para quem tem formação escolástica, a distinção entre política do bem comum e política partidária é de uma clareza de água cristalina. Só que na práxis da vida, as coisas não se deixam separar com tanta nitidez. Uma reflexão global que se exprime em termos de Igreja, religioso, política, bem comum, partido, talvez seja capaz de produzir uma diretiva global; dificilmente resolve os problemas diante dos quais um religioso se vê posto na situação concreta de hoje.

Muitos religiosos mudaram suas idéias e seu estilo de viver. A abertura do Vaticano II, Medellín, melhores conhecimentos da doutrina

social da Igreja, a renovação interna de várias congregações e ordens religiosas, a "redescoberta" do povo deixaram suas marcas e continuam fermentando a vida religiosa. Maiores contatos, porém, com o povo, suas necessidades e anseios, resultam quase imperceptivelmente em um maior envolvimento em tudo quanto há de campanhas, ações, organizações de bairro, de classe, programas sócio-políticos, lutas, contestações, greves, em que o povo começa a mostrar sua conscientização política. Pelo convívio com comunidades eclesiais de base na zona rural e nos subúrbios pobres, o religioso pode identificar-se mais com os problemas que o povo sente na carne, embora pertençam à figura deste mundo que passa.

O pensar hierático voa facilmente, em branca inocência, sobre os cumes utópicos da igualdade, da paz, da fraternidade, da comunhão. Mas quanto mais o religioso se compromete com a vida do povo pobre, tanto mais há de descobrir, que os sofrimentos do povo das periferias e a insegurança e exploração de trabalhadores rurais não correspondem simplesmente a uma tal "vontade de Deus" ou outra fatalidade, mas tem suas causas estruturais humanas que se conjuntam na política partidária dominante. Talvez nas igrejas e capelas a multidão dos fiéis possa parecer unida e trocar um abraço de paz. A sociedade fora do âmbito religioso e até dentro dele é uma sociedade dividida e conflitante de classes, na qual em termos globais uma domina e a outra não participa e tem de se submeter.

Povo antigo podia manipular seus santos de preferência para obter graças e milagres. A secularização silenciosa das atitudes e práticas faz com que a consciência coletiva descubra e enfrenta, cada vez mais, as causas e pressões humanas que estão em jogo. Muita gente, representada pelo termo vago de povo, começa a reparar, que os potentados que regem sua vida e sua sorte não estão nos ares, mas bem encarnados com nome e sobrenome nesta terra comum. Por isso a vontade de participação não se limita mais aos coros celestes, às romarias e procissões dos santos, mas procura uma solução em direção à organização partidária no campo político. Esta opção significa comprar conflitos e lutas. Devotamente ficar fora desta evolução mental e prática será difícil para um religioso que quer participar da vida, das opressões e anseios do povo pobre. Pois, enquanto este povo não chegar a ocupar seu lugar justo na sociedade histórica, palavras de comunhão e participação ou de civilização de amor continuarão utópicas, com o som falso de um tambor furado.

Na realidade dos fatos cotidianos, política do bem comum e política partidária não constituem dois compartimentos estanques, com pertencas separadas. No jogo entre as necessidades reais do povo e seus anseios e direitos à liberdade e participação, a práxis dos partidos políticos, melhor, a práxis do partido dominante é a forma concreta em que a política do bem comum se expressa, se realiza ou fica deformada e obstruída pelo egoís-

mo dos líderes e grupos poderosos de pressão. Não parece haver dois caminhos a escolher, de modo que o religioso que realmente se aproxima do povo e tenta sentir e lutar com ele para melhorar sua vida, não escapa por simples imposição de uma opção consciente e manifesta entre os partidos políticos. Na convivência com trabalhadores urbanos e povo do campo que lutam para sobreviver, é difícil esconder sua preferência atrás da cortina de uma cabina indevasável.

Em função da sociologia crítica, fica também mais difícil acreditar na tradicional neutralidade da Igreja no campo político. A manipulação dos termos Igreja e Estado no discurso comum eclesiástico implica distância mútua, reconhecimento da competência e autoridade própria de cada um em seu terreno e sugere uma tática civilizada de não-ingerência na autonomia do outro. Na práxis, porém, as instituições eclesiásticas se acostumaram a receber proteção, verbas, privilégios, reconhecimento jurídico da parte do Estado, quer dizer, do partido político dominante, em troca de gratidão, silêncio, legitimação, obediência às autoridades e apoio à ordem que era de fato a ordem das forças dominantes.

Todavia, na vida real das pessoas, não há uma conversa delicada e neutra entre "a" Igreja e "o" Estado, entre "a" Igreja e "a" política. Há um religioso de dupla pertença, pois ele é religioso pela fé em Cristo e cidadão na constelação política brasileira. Uma nor-

ma pastoral global talvez seja possível, mas não convence muito. De qualquer jeito, o religioso tem de situar-se como cidadão da sociedade política. Quanto mais ele opta pelos pobres e se compromete com a luta deles de promoção humana e participação política, tanto mais ele há de tomar posição na política partidária, seja em apoio ao governo, seja ao lado da oposição. Esta opção fica realmente aberta, pois pobre aprendeu na experiência da vida, que votar contra é apañhar mais ainda. E não há evidência suficiente de que esta sabedoria já tenha perdido todo o seu valor. Política é sempre risco e aventura, como o é a vida religiosa.

3.3. Teoria é prática em nível eclesial

Na Igreja, as coisas mudaram. Para apreciar os textos de Puebla sobre Igreja e política e relativizá-los no contexto existencial, basta tirar da memória eclesiástica no Brasil dois modelos que pertencem ao seu passado, mas não com exclusividade. O primeiro é simbolizado pela teoria das duas espadas, em que o poder espiritual eclesiástico é superposto ao poder material estatal, entregue aos imperadores e reis, por delegação do primeiro poder que é supremo. No brasão da história as duas espadas se cruzam, mas não se cortam ou machucam; geralmente se defendem e legitimam mutuamente diante do povo, sua clientela comum. Esta parte da ideologia da cristandade parece continuar ainda em movimentos como a TFP, e nas pu-

blicações "O Catolicismo" e "Permanência".

O outro modelo é a teoria da separação, em que a Igreja e o Estado têm, cada um, seu próprio reino e autonomia de ação e respeitam a liberdade um do outro, enquanto ficar em seu terreno próprio. Um produto atual desta teoria é mencionado e estigmatizado por Puebla, quando critica os padres e religiosos que anunciam um evangelho sem conexões econômicas, sociais, culturais e políticas e tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política. Na prática, esta mutilação equivale a certo conluio com a ordem estabelecida(19).

Pelas suas sombras, estes dois modelos deixam transparecer melhor a luz dos novos pronunciamentos do episcopado em Puebla, afirmando que o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. A Igreja sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade(20). A fé não é uma ilha no vasto lago da vida e das atividades humanas, isolada do resto, sem participação ativa. O cristão testemunha sua fé e justifica sua esperança em qualquer situação e lugar. Diante dos desafios de uma sociedade em conflito, com suas injustiças e pecados sociais, ele se esforça e sacrifica para ser mediador ativo entre a triste realidade e a esperança de justiça, participação e comunhão, que tem seu primeiro e último fundamento em Cristo Jesus.

Nos últimos decênios, o convênio tradicional, mais ou menos específico, entre a Igreja e o Estado começa a mostrar fendas e rupturas. A participação pública de religiosos em passeatas, greves, campanhas reivindicatórias de bairros pobres, estudantes e trabalhadores, de cunho político contestador, e as violências contra eles na forma de processos penais, prisões, exílios, atentados e assassinios, talvez possam ser interpretadas como fenômenos locais, pessoais, que não atingem diretamente a Igreja toda. A participação nem pode contar com a simpatia de todos os líderes eclesiais.

Mais importante é a atitude diferente que esta liderança manifesta em uma série de documentos, votados e aprovados em plenário da CNBB. Neles, os bispos tomam posição bem definida contra o sistema dominante do capitalismo liberal, contra a política salarial e a doutrina da segurança nacional, contra as violências dos órgãos de repressão, contra as muitas violações dos direitos fundamentais humanos, contra a política agrária, contra a sociedade de consumo e assim mais.

Embora a linguagem destes documentos seja digna e à altura, sem jamais descer ao nível em que o povo desafoga suas mágoas, toda esta produtividade oficial da Igreja no Brasil tem endereço certo: a sociedade atual em que o povo vive e se vira, suas estruturas injustas e os grupos de poder que as mantêm e, em última análise, o governo que dá cobertura a tudo.

Embora as misturas tradicionais entre os dois grandes poderes continuem em festas, Missas comemorativas, visitas de cortesia, declarações mútuas de apreço e apoio, a liderança eclesiástica se está manobrando em uma posição que, se não é de oposição direta, no mínimo é um distanciamento crítico e contestatório. Optando por uma maior identificação com as classes mais pobres, com o povo simples no sentido comum do termo, os líderes se desligam da práxis mais ou menos tradicional de estar do lado dos poderosos e criticam, em nome da moral e da fé cristãs, muitos aspectos da sociedade em que o Estado tem responsabilidade direta ou participa por negligência e permissividade das injustiças e corrupções dos grandes.

Que esta guinada não passou despercebida, não só se mostra pelos políticos em poder, como também por aqueles grupos de católicos que, até então, podiam contar com a benevolência particular do clero. Políticos de verdade têm um faro especial, uma intuição, para com mudanças de gostos e atitudes de seu público, de modo que não é de admirar, que haja coincidências felizes entre o que a Igreja diz e o Estado eventualmente antecipa por decreto. Um exemplo está no documento “Igreja e problemas da terra” e o GETAT, fundado pelo governo; um outro nas tentativas de aproveitar politicamente das comunidades eclesiais de base e de construir centros comunitários no campo e nos subúrbios, a fim de canalizar os movimentos populares para a estrutura do poder dominante.

Também está crescendo a resistência de muitos católicos da classe média, que eram considerados bons conforme os parâmetros de uma interpretação espiritualista da Igreja, que Puebla chama um espiritualismo de fuga (21). Nestas camadas sociais há uma crítica cada vez mais aberta contra a politização da Igreja, que a Igreja devia falar de Deus e não tem nada a fazer com economia ou política. Certas folhas litúrgicas, dizem, só sabem falar de política, contra o governo. Repetem-se as acusações de cripto-marxismo, que os padres são uns comunistas. Ultimamente há tentativas de jogar os bispos do Brasil contra o poder supremo e universal do Papa em Roma. Juntando os fatos, parece, que estes católicos estão sentindo perigar sua segurança tradicional, em que o clero funcionava como amigo, protetor, defensor dos bons costumes e legitimador do status-quo. Tal papel sempre agrada aos que já são e têm, mas costuma ser desfavorável aos que não têm, nem são, nem sabem como se libertarem para ser “gente”.

Nesta mudança de relacionamento, que assume lutas e conflitos sociais, caíram e caem vítimas. Uma transformação profunda da sociedade não se faz de graça, sem preço. Certamente o clero entrou com casos de exílio, atentado a bomba, seqüestro, morte matada, mas o maior preço foi pago e está sendo pago pelos leigos. Muitas vezes casados ou casadas, com filhos pequenos, sofreram torturas, prisões, passaram anos na cadeia, perderam seu emprego, sua terra para

plantar, passaram fome. A greve talvez tenha sido feita com apoio das autoridades eclesiásticas. Mas quem depois ficou na rua e na lista negra, foram os leigos que lideraram a greve. Eles com suas famílias sofrem as conseqüências do desemprego, que significa fome, marginalização e migração para outra cidade, à procura de trabalho.

Aqui surge mais uma dúvida. A autoridade eclesiástica denuncia as anomalias de injustiça e exploração na sociedade e os leigos começam a agir, no nível do cenário político, para realizar a palavra de justiça e liberdade que Puebla e outros documentos proclamam. Como esta mesma autoridade pode ficar fora da jogada, em caso de conflito, lavando suas mãos na bacia da distinção entre política em geral e política partidária, abandonando o terreno na hora que o pau começa a comer? Não é essa a intenção de Puebla que promete apoio e solidariedade, mas a porta fica entreaberta. Ficar na toca pode ser uma boa tática política, contando que não seja uma imitação daquele oficial que mandou seus soldados atacar o inimigo, mas ele mesmo ficou sentado numa casamata, sete metros abaixo do chão. O sinal dos líderes da Ação Católica e sua sorte na época da revolução está ainda na parede da história em cores vivas.

Uma bonita distinção que coloca a política partidária nas mãos ou nas costas dos leigos e deixa a política do bem comum para a Igreja toda, também para os religiosos, não pode esvaziar o idealismo que

está no lema da participação e comunhão. A própria celebração deste ideal faz com que os religiosos precisem estar solidários com os leigos na hora em que as forças de repressão querem impedir as reformas profundas que os documentos do magistério exigem. As ovelhas talvez possam fugir; o mercenário também; o pastor tem de ficar. Naquela hora pouco importa, se ele faz política partidária ou apenas política em sentido mais amplo. A discussão, se Cristo fez política ou não fez, pode continuar. Que ele morreu sua morte, foi porque os poderosos o acusaram de agitação política e o poder o condenou e deixou executar pelos seus soldados.

No entanto, entre a palavra fácil da solidariedade e sua realização efetiva há dois obstáculos na vida religiosa. Pelos jornais, revistas e noticiários, pelos próprios documentos eclesiásticos, as palavras de violência, exploração, injustiça, marginalização penetraram de tal modo, que pertencem ao vocabulário de qualquer religioso. Mas exatamente o uso freqüente destes termos faz perguntar, se na consciência de quem os usa na boca ainda vive o conteúdo concreto e sensível do sofrimento humano de tantas vítimas que se vêem rotuladas com estas palavras genéricas. Em seu isolamento relativo e bem-estar de tudo certo e tudo na hora, muito religioso terá dificuldade de sentir no coração o que quer dizer para um homem estar desempregado, ser expulso de sua terra, ou para uma mãe de família não ter nada de comida em casa, com os filhos chorando de fome. Mesmo

onde há aproximação e convívio com o povo, a repetição costuma abrandar os choques emocionais.

O outro obstáculo é mais estrutural. Numa época em que política social era desconhecida e os governos pouco se importavam com educação escolar, os religiosos investiram muito amor, sacrifício, dedicação e dinheiro em muitas obras de caridade, posteriormente chamadas obras sociais. Esta evolução traz, de um lado, uma grande dependência de verbas, auxílios, bolsas de estudo e privilégios de isenção de imposto da parte do governo, da força política dominante; o que restringe facilmente a liberdade de criticar e contestar. Não convém morder a mão que dá o pão. Doutro lado, a preocupação necessária com o próprio “quintal” faz perder de vista que educação, previdência social, serviço de saúde no Estado moderno são assuntos políticos que precisam ser resolvidos no plano político do bem comum para todos, sem criar uma clientela de elite ou de privilegiados. Tal política social se realiza de fato pelo jogo de dar e tomar dos partidos políticos. A constelação nacional dos serviços sociais e educacionais depende mais do governo e seu partido do que das iniciativas particulares.

4. O grande dilema do religioso

A práxis política, seja ela do bem comum, seja de partido, possui seus próprios limites, não só porque é

obra humana, mas porque a transitoriedade deste mundo lhe é inerente. Ela é incapaz de dar resposta a todos os problemas existenciais do homem. O fato de uma sociedade civil construir um certo bem-estar básico de alimentação, roupa, casa, emprego, educação, serviços sociais, para sua população em geral, ainda não corresponde aos anseios mais profundos da pessoa humana. Ao contrário, uma sociedade de abundância material e previdência garantida para todos, desde antes do nascimento até depois da morte, pode causar verdadeira náusea e deixar um grande vácuo no coração do homem. Não é só de pão que vive o homem, nem só de poder ou liberdade civil.

Da parte do religioso, testemunha da fé no mistério do Senhor Jesus, há mais para dar ao povo do que uma prática política, de bem comum ou partidária. Pelo seu amor para com este povo, enxerga necessidades que vão além dos condicionamentos materiais e as possibilidades políticas de realização. Se não as perceber, o próprio povo lhe abrirá os olhos. Na documentação sobre a renovação da vida religiosa há muita lenha para a fogueira do serviço que a presença e ação de religiosos podem prestar numa comunidade. Eles podem não ter receitas certas para depois da morte chegar ao céu, mas sua vida e seu convívio hão de mostrar algo daquela consagração total e radical a Deus e de serviço generoso de evangelização de que os documentos falam (22).

Que a dualidade de religioso e cidadão em uma só pessoa cria conflitos é quase inevitável na situação atual. A solução não está numa simples distinção entre política e política; nem há lei geral ou casuística engenhosa que possa resolver o problema pessoal. A atitude a tomar passa pela leitura crítica da situação complexa e atual, dos documentos do Magistério e das qualidades pessoais, para uma

decisão responsável diante do povo e da Igreja de Deus. Política não é uma atividade simples e eternamente estável. A decisão de participar de uma ou de outra forma, tomando esta ou aquela posição, também não é simples e exige revisões repetidas. Quanto mais esta posição for para o lado dos pobres, tanto mais melancolicamente o risco será de ser chamado subversivo e comunista. Que Deus seja louvado (23).

NOTAS

(1) P (Puebla) 528. (2) P 521-525. (3) GS 26, 74; PT 55-59; Exigências cristãs de uma ordem política, 20-39, etc. (4) Puebla, I parte; Justiça no mundo, 11; Exigências, 23. (5) PT 56. (6) P 523. (7) Flechtheim, Parteien, Fischer Lexikon, Staat und Politik. (8) GS 43. (9) OA 50. (10) P 523; João Paulo II, AAS, 71 (1979) 190. (11) P 480-483. (12) 1 Cor 3,21-23; Ef 1, 9s.; P 513-518; Exigências, 5, etc. (13) EN 25-39; Justiça, 36-38. (14) LG 34; P 521-522. (15) GS 43, 74-76; P 524-525. (16) P 528-529. (17) GS 75. (18) P

530. (19) P 515, 558. (20) P 515. (21) P 826. (22) P 742-773, etc. (23) Para continuar a reflexão, além dos documentos citados, **Subsídios para uma política social e Igreja e problemas da terra**, servem bem: **Igreja e política, subsídios teológicos**, Estudos CNBB 2; J. B. Libânio, **Discernimento e política**, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1977; Clodovis Boff, OSM, **Comunidade eclesial, comunidade política**, Petrópolis, 1978; Luiz Gonzaga de Souza Lima, **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**, Petrópolis, 1979.

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR SOBRE A SAÚDE

Anne Caroline Wihbey

São Luís, MA

A CEPS que se iniciou em São Luís como uma pequena experiência cresceu entre o povo, atraindo também vários agentes de saúde. Além disso, através de avaliações, a maioria do pessoal engajado pedia ao Grupo de Trabalho da Saúde (GTS) sua continuação. Constatou-se que CEPS evoluiu para ser um movimento que leva à prática exigências do Documento de Puebla. Por estes motivos o GTS aceitou prosseguir na Coordenação. Para melhor entendimento da Campanha colocamos aqui a maioria dos fatos relatados do **INFORME** da CEPS distribuído pelo GTS Regional de São Luís, em janeiro de 1980.

Origem

Por ocasião do "PRIMEIRO SEMINÁRIO DE SAÚDE DO MA-

RANHÃO", 4 à 7 de setembro de 1979, promovido pelo CRB Regional, foi refletido que a população está sofrendo, não só o impacto sócio-econômico da má distribuição de renda, como também no seu estado físico e psíquico pelo uso e abuso dos medicamentos.

Os participantes, para dar continuidade a este assunto, solicitaram a formação duma equipe de comunicação, sendo intermediária a diretoria de CRB Regional e as equipes de Saúde do interior do Estado. Na mesma ocasião, o grupo pediu que fosse lançada uma campanha em que o processo iniciado neste seminário pudesse continuar. Assim, surgiu uma equipe de quatro pessoas (o GTS da CRB Regional de São Luís, Maranhão), responsáveis pela coordenação deste movimento.

Local de experiência

Desde que todos os membros do GTS (Grupo de Trabalho de Saúde) trabalham na Ilha de São Luís, foi decidido iniciar uma "Campanha Piloto" na Ilha, como pequena experiência, confiando que aos poucos o processo se estendesse ao povo do interior do Estado. O GTS recebeu o apoio da Arquidiocese de São Luís, durante a Campanha da Fraternidade (C.F. 79). Contando com a colaboração de várias pessoas, passou a denominar-se "Campanha de Educação Popular Sobre Saúde" (CEPS).

Objetivo

A CEPS tem como finalidade: preparar o pessoal de base para despertar o povo sobre o uso dos medicamentos (ressaltando-se aqueles prejudiciais à saúde); prevenção das doenças mais comuns e modo de tratá-las; análise da situação local frente à realidade global. Surgiram então 3 equipes com seus objetivos específicos:

— Equipe de Organização (E.O.). Procurar pessoas conhecidas (ou grupos) em cada paróquia para formar equipe que possa ser treinada. Responsabilizar-se pela combinação dos horários e locais de treinamento.

— Equipe de Treinamento (E.T.). Orientar o pessoal (Equipe Local) de modo "informal" sobre a visão global de saúde, dimensão sócio-política do problema de saúde, doenças mais comuns, uso dos medicamentos, cuidados higiênicos.

— Equipe de Comunicação (E.C.). Trabalho de secretaria, ser ligação entre as duas Equipes (organização e treinamento), animar e apoiar as Equipes e tratar dos vários problemas que surgirem durante a Campanha.

Desenvolvimento do processo

Equipes LOCAIS (E. L. "Orientadores").

Componentes e LUGARES. Na primeira Etapa do Plano Geral da CEPS, a tentativa de animar a formação das Equipes Locais por seus próprios moradores resultou em 22 grupos, cujos elementos vieram de 44 comunidades dos vários bairros da cidade, como também das zonas rurais. As equipes foram no mínimo, de 10 membros e no máximo de 36. Em um local, só jovens voluntariaram; num outro, só mulheres, enquanto em outros formaram-se grupos heterogêneos, a maioria (99%) de pessoas de base.

A orientação

A movimentação das equipes ocorreu durante as 3 semanas da 2ª Etapa da Campanha. Dando apoio e animação, dois treinadores fizeram duas ou três visitas de algumas horas a cada grupo, refletindo sobre o conteúdo do Plano de Orientação, de maneira a atingir o próprio local e sua população.

Entretanto, foram apresentadas várias técnicas, (dinâmicas de grupo) para facilitar o início duma conversa, visita, etc., mas foi deixado completamente a critério da

E. L. criar e organizar seu modo de trabalhar com o povo.

O movimento

A Palavra do Povo. Cada local tem sua própria história e história. Embora as atividades criadas tenham sido diversificadas, saíram 4 instrumentos de diálogo mais utilizados:

visita de casa em casa,
conversas informais (com amigos e outros),
reuniões específicas,
reuniões regulares das comunidades (clube de mães; clube de jovens; CEBs; união de moradores, etc.).

A maioria dos orientadores comportou-se com animação dinâmica, levando o assunto de saúde de maneira “educativa”, preocupando-se em dar e receber.

Neste período, os treinadores continuaram mantendo contactos uma vez ou outra com os orientadores, e dessa forma a experiência tornou-se educativa para todos, reconhecendo-se as fraquezas, limites, erros e seus pontos positivos.

A Palavra continua. Várias pessoas e famílias que não participaram da orientação, mas entraram no diálogo com os orientadores, responsabilizaram-se em continuar o processo nos lugares onde trabalham; assim “a palavra” levando a conscientização, atingiu também feiras, super-mercados, escritórios, hospitais, escolas, etc.

O assunto “remédios” despertou o interesse geral, já que todos es-

tão empenhados na luta por “recuperar” ou conservar sua saúde. A “palavra” passa facilmente entre os vizinhos, chamando atenção. Os que ficaram mais mobilizados uniram-se para elaborar formas de ação coletiva.

Colaboradores

O apoio e assistência vindo das pessoas não comprometidas com o movimento, merece lugar especial na história de CEPS:

— Pessoas dos bairros/povoados, como também desenhistas contribuíram com seus talentos para confecção do caderno.

— Várias voluntárias da cidade ofereceram transporte, levando uns treinadores aos lugares onde falta transporte coletivo.

— Outros dedicaram tempo batendo à máquina e/ou mimiografando o material.

— Os contribuidores financeiros movimentaram todo trabalho mecanográfico.

— Comunicação pública, pelo rádio — 2 programas diariamente, no período de 01 à 08 de abril de 1979.

N.B. As notícias que saíram no jornal e televisão apresentando a CEPS, e apoiando o movimento **não foram planejadas** como parte da Campanha. Aconteceram depois da Campanha através duma visita de apoio do Secretário da AMERJ. (Associação Médica do Rio de Janeiro) Dr. Mário Victor Pacheco, que foi entrevistado, etc.

Material utilizado

A Palavra do Povo. A campanha desde o início tomou consciência do valor da palavra falada através da informação correta. Desde que somente 1% aproximadamente da população são-luizense tem acesso aos jornais e revistas, torna-se claro que a maioria fica dependente do rádio e de outras pessoas para saber qualquer notícia local ou de fora. Respeitando esta realidade, todas as reuniões foram preparadas com várias dinâmicas a fim de estimular bastante a **conversa** nas reflexões, sem que fosse predeterminada qualquer ação. A ação ficou sempre como resultado de cada reunião e visita, tanto da coordenação quanto o movimento na população.

Mecanografia

Subsídios para uso junto a:

A) Equipe de Coordenação. Vários livros e documentos (pesquisas) artigos dos jornais e revistas, cujas fotos despertaram bastante o interesse para: o reconhecimento dos produtos multinacionais (farmacêuticos); o mercado internacional (dos remédios); à situação político-econômica e as condições de população quanto à saúde.

B) Equipes Locais. Uma ficha simplesmente, para facilitar a entrada numa família e estimular uma conversa inicial. Deveria ser preenchida somente no caso de disposição da pessoa visitada. Esta ficha não teve a finalidade de Pesquisa. 5 textos e artigos de jornais.

C) A População. Um caderno mimeografado de 26 pág. dividido assim: O canto "A SAÚDE É DE TODOS". 5 estorinhas na forma de quadrinhos escritos em linguagem popular, contendo os problemas das doenças mais comuns e os enganos através de informações incorretas. Um esquema das vendas dos remédios em 3 países desenvolvidos e no Brasil. As listas dos remédios não recomendáveis publicados por AMERJ. O caderno foi entregue de preferência a pessoas alfabetizadas, que assumiram compromisso de transmitir aos outros os conhecimentos.

Metodologia: Reflexão/Ação

DA COORDENAÇÃO. O GTS. Claro e evidente que nenhum movimento de educação popular em saúde teria começado e progredido sem a iniciativa do pessoal de base. Frente a esse desafio, o GTS estudou seu próprio papel e concluiu que sua tarefa seria somente criar um ambiente em que o povo livremente pudesse optar por sua metodologia.

A equipe ficou com uma pergunta: Como é que esta Campanha pode levar o povo a entender seu próprio valor, e seu direito à Saúde, imerso como está no mar da humanidade dividido por egoísmo, etc.?

A CEPS. A pergunta levantada pelo GTS foi apresentada aos convidados (profissionais e gente da base) para um aprofundamento. O grupo, tocado pelo valor da pergunta e o assunto de remédios, pe-

diu mais estudo sobre medicamentos seus efeitos colaterais e o engano geral pela propaganda no meio do povo.

Assim foi criada: "A Coordenação de CEPS". A sinceridade e a simplicidade deste grupo finalmente levou a conversa até a base. As reuniões realizadas durante o período de 8 meses: o GTS, 24; A Coordenação, 22. (Todas as reuniões de sub-equipes não estão incluídas).

POPULAR. Orientadores. Através do apoio e criação de ambiente da E.O. e E.T. as E.L. iniciaram suas reuniões para refletir sobre o assunto Saúde e os problemas locais, depois do que organizaram seu trabalho nos povoados e bairros. Junto com membros da coordenação, entretanto, as E.L. realizaram mais de 69 reuniões de reflexão em que, os debates, discursos, conversas e opiniões resultaram em ações diversificadas, dependendo do local e pessoal.

População. Acreditando no Processo Educativo da Base, os membros de CEPS não se preocuparam com o conceito de "sucesso" ou "insucesso". A importância é que um processo foi iniciado e ficou de posse do povo atingido.

Avaliação

Observação Geral. Para facilitar e animar uma avaliação pelos grupos locais, o grupo de coordenação pediu ao GTS que bolasse uma lista de perguntas que poderiam servir como "guia" a fim de avaliar

os acontecimentos e verificar até que ponto corresponderam à finalidade.

As perguntas seguiram 4 aspectos: Relacionado à Orientação; Conteúdo; Organização local; Aprendizagem.

Os treinadores tiveram ampla liberdade para utilizar ou substituir por outras, as perguntas, de modo a torná-las mais práticas para a equipe local.

Equipe Local. Embora os treinadores tenham utilizado técnicas diferentes e algumas E.L. tenham usado fins mais determinados que outras, 14 grupos participaram nesta etapa, tendo faltado porém a colaboração de 8 grupos.

Da Coordenação. A avaliação deste grupo foi iniciada com um estudo das avaliações locais. Aqui segue um "resumo" dos resultados.

A) Aspectos Fracos. Em relação ao tempo: No desenvolvimento da Campanha tornou-se necessário mais esforço e trabalho do que o previsto. Tempo limitado para realização do treinamento. Má distribuição das atividades entre os membros das equipes. Falta de alguns treinadores em dedicar todas as horas combinadas para as E.L. pelo Plano de Orientação.

Diversas. Descontinuidade de CEPS pela total paralização do trabalho de umas E.L. Fraca divulgação de CEPS através dos meios de Comunicação. Falta de apoio de alguns vigários. Falta de acompanhamento do processo educativo, a fim de integrar-se na continuidade da

campanha no acompanhamento dos grupos treinados.

B) Aspectos Positivos. Maior apoio de: CRB Regional; Arquidiocese: entrada da CEPS através da Campanha da Fraternidade de 1979; AMERJ (Associação Médica do Rio de Janeiro). Esforço dos membros da Coordenação para realizar os seus compromissos. Oportunidade de acompanhar o povo de base no seu processo de libertação, através de sua receptividade e desejo de participar igualmente na campanha. Participação animada, simplicidade e criatividade das equipes locais, demonstrada pelas 5.500 residências visitadas pelos orientadores. Dinâmicas e o canto de CEPS favoráveis à mobilização.

O que as comunidades identificaram: As necessidades básicas, principalmente no que se refere aos cuidados higiênicos. Maior cuidado no uso da medicação. Valorização dos remédios caseiros. A capacidade de se cuidar de várias doenças. Engano pelos poderosos e atuação das multinacionais. A importância de ser bem informado (com referência à lista dos remédios não recomendáveis).

C) Descobertas. Reações do povo: Chocado de tomar conhecimento do abuso de remédios. A confusão de várias pessoas desligadas da realidade, chamando uns orientadores de "comunistas" sem entender o significado. A atitude dos profissionais (médicos) revelou de um modo geral uma qualidade atolada no "progresso" de tecnologia moderna, na "profissão" e lucro;

aliás a realidade da população de São Luís mostra que alta porcentagem vive em pobreza e doenças. O "status quo" dos profissionais confia somente na "estrutura universitária", embora seja possível criar-se na própria universidade uma nova forma e conceituação de medicina. Os problemas de saúde inseridos num contexto social, não podem ser resolvidos isoladamente. Só o povo pode ser agente de seu próprio crescimento.

D) Sugestões. Corrigir todos os erros e repetir a Campanha abrangendo a maior parte da população. Criar duas Equipes, uma assumindo a tarefa de continuar o mesmo movimento em novos lugares; a outra criando um novo trabalho em saúde, de tal forma que os lugares já atingidos possam desenvolver-se mais. Convidar os médicos e certas pessoas da base, que expressaram interesse de entrar na Campanha, a refletir junto com os membros de CEPS a fim de formarem-se novas Equipes e dar início a novas maneiras educativas de saúde nas comunidades.

Observações

CEPS realizou-se como uma CAMPANHA cujo movimento intenso foi planejado para o período de 25 de março a 11 de abril de 1979. Todo esforço, trabalho, etc., foi empregado na preparação destes dias bem como na sua avaliação. Após esta experiência percebeu-se que os problemas existentes estão vinculados a toda uma estrutura, que precisa ser renovada. É

importante notar que, seja no nível da participação por elementos da base, seja em outras pessoas recrutadas para as equipes encarregadas de fomentar o processo de conscientização, não houve qualquer exigência ou necessidade de remuneração. Em outras palavras, todo o trabalho de CEPS foi desenvolvido num clima de autêntico voluntariado, o que demonstrou

inclusive que o processo foi também auto-conscientizador.

A CEPS mostrou que só o povo com seus valores organizados pode ser o agente de transformação dessa realidade através de um processo de caráter educativo; o desenvolvimento da Saúde é responsabilidade de cada pessoa, numa luta que é de todos.

XII AGO

SUB-TEMA: "VIDA RELIGIOSA INSERIDA NOS MEIOS POPULARES"

SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO

1. Que pensa sua Comunidade a respeito dos grupos de Religiosos inseridos nos meios populares, nas periferias, nas áreas rurais?
2. Como repercute na práxis da sua comunidade este fenômeno da inserção da V. R. nos meios populares?
3. Sua Comunidade já refletiu sobre a questão das vocações populares? Como se coloca para vocês esta questão?
4. Quais as principais conquistas que se podem verificar neste campo da inserção nos meios populares? Quais os obstáculos mais sérios? Que caminhos de superação destes obstáculos sua comunidade vai encontrando?
5. Quais são para a sua Comunidade questões emergentes mais significativas de todo este processo vivido na V.R. da A.L., a partir de Medellín e Puebla?

LIVROS NOVOS

O SACERDÓCIO, São João Crisóstomo. Tradução de Frei Odo Rosbach, OFM. Apresentação de Dom Paulo Evaristo Arns. Introdução para leitura de Dom Benedito de Ulhoa Vieira. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1979. Páginas 144.

É o primeiro livro de uma nova Coleção: Os Padres da Igreja. **O SACERDÓCIO** de São João é uma obra-prima sobre o sacerdócio e o episcopado. O autor tem consciência nítida da grandeza da missão sacerdotal e da santidade que o cargo exige. Mostra serem o padre e o bispo homens em familiaridade com Deus. Descreve a vida pastoral do bispo, homem entre os homens, totalmente dedicado a eles, sem contudo deixar de ser "o homem do céu". Fala do contato que o bispo tem de ter nas visitas às pessoas, por interesse da Igreja, com as mulheres e os homens. Fala do cuidado dos pobres e das viúvas e da orientação das virgens consagradas. É a figura do pastor solícito no meio de seu povo que Crisóstomo delineia com traços de artista. É a apologia da evangelização, cujo primeiro responsável é o bispo. É ele o homem da palavra, que comunica o Evangelho, que estuda para pregar e tem de se preocupar com esta grande missão.

O estilo do orador grego, de Antioquia e Constantinopla, é claro e elegante, harmonioso e colorido. Nenhum Padre da Igreja Grega conseguiu escrever e falar tão elegantemente no puro aticismo, que João, Boca de Ouro. Argumenta longamente, mostra-se, não o teórico, mas o homem de ação que traça o plano

de vida pastoral de um bispo dinâmico e presente.

JESUS CRISTO, HISTÓRIA E INTERPRETAÇÃO, Pe. Carlos Palacio, SJ. Edições Loyola. São Paulo, SP. Ano 1979. Páginas 242.

A cristologia constitui, sem dúvida, o cerne vertebrado da teologia contemporânea. Não só na reflexão explícita e elaborada dos especialistas. Também e, sobretudo, na teologia de cada dia, a de tantos cristãos que vivem a sua fé ao ritmo premente dos desafios da história. No sobressalto dos que se surpreendem com as opções corajosas da Igreja, na lucidez ou na falta de coragem das orientações pastorais, no compromisso (decididamente conflituoso, porque de fronteira) dos que vivem a sua fé no campo concreto das ideologias porque assumem a interpretação da realidade como parte integrante da sua experiência cristã, transparecem claramente interpretações conflitantes, embora nem sempre explícitas, da mesma confissão da fé.

Este pluralismo antagônico de interpretação pode ser considerado, do ponto de vista cristológico, como o reflexo, na consciência eclesial, do abismo aberto na cristologia entre o chamado Jesus histórico e o Cristo da fé. Sem raízes na história concreta de Jesus, a idéia do Cristo está exposta a todo tipo de manipulações ideológicas. É insuficiente, também, a recuperação puramente voluntarista da história como simbólica, mesmo que seja a história de Jesus. Eis porque o estudo genético

desta problemática, mesmo no seu rigor técnico, não é uma concessão ao exotismo dos especialistas nem uma submissão ao colonialismo teológico.

É a formulação rigorosa de uma questão cuja atualidade urgente para o cristianismo latino-americano não escapará a ninguém. Se a ruptura entre história e interpretação é inevitável, a consciência e a práxis cristãs estão definitivamente condenadas à esquizofrenia entre compromisso pela história e confissão de fé. A articulação entre teoria e práxis na experiência cristã passa necessariamente pela relação entre história de Jesus e o excesso de sentido nela captado pela comunidade. O pluralismo cristológico, por sua vez, só pode ser superado quando a confissão de fé surgir como resposta de uma comunidade historicamente situada, como momento teórico do agir eclesial.

A presença da comunidade, com efeito, é parte integrante da fé em Jesus Cristo. Para situar corretamente o problema cristológico em sua relação com a práxis das comunidades e estabelecer as condições de um discurso cristão que não se distancie do compromisso pela história, é necessário mostrar a inseparabilidade entre a história de Jesus e das suas testemunhas no próprio ato de conhecer. A expressão primigênia e original deste epistemologia foi o seguimento. A comunidade, porém, soube protegê-lo de interpretações mitológicas, ideológicas, diríamos hoje, dando-lhe uma dimensão histórica.

Eis porque, hoje como ontem, a fé não pode escapar ao conflito das interpretações científicas da realidade. As divisões atuais entre cristãos são ideológicas e teológicas: as ideologias que atingem a fé e de uma fé que só pode ser vivida no terreno concreto das interpretações da realidade e das ideologias. Então descobrimos, de maneira paradoxal, que a figura de Jesus se torna "si-

nal de contradição" para os próprios cristãos. Vivendo em contextos culturais e sociais bem determinados, a comunidade deve dizer quem é Jesus Cristo e a razão deste inquietante sobressalto que não deixa de produzir a sua história na consciência dos homens.

Eis alguns dos elementos aqui oferecidos a todos aqueles que se interrogam apaixonadamente pela relação entre a sua adesão a Jesus Cristo e o serviço da história, a todos aqueles cujos ouvidos ainda não se acostumaram piedosamente ao que encerra de escandaloso a novidade provocadora da fé cristã.

A obra do Padre Carlos Palacio, SJ, embora se situe ao nível da teologia e da exegese científica, está toda ela permeada de implicações práticas. A originalidade fecunda deste estudo brota da conjunção da reflexão penetrante do teólogo com o rigor da exegese que se deixa questionar pelo texto do Livro Sagrado, num esforço constante de honestidade intelectual. Nada mais urgente hoje na reflexão teológica do que este diálogo aberto entre dogmática e exegese, no horizonte da problemática que nasce da prática concreta das comunidades crentes. Estamos diante de uma obra que merece não apenas ser lida, mas também estudada. Tal a sua densidade e a sua riqueza inspiradora.

IGREJA E DIREITOS HUMANOS, CONCILIUM/144. Volume 4: Teologia Prática. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Páginas 136.

O fato de a Teologia prática colocar em discussão o tema **Igreja e Direitos Humanos** implica a afirmação de que os Direitos Humanos constituem para a Igreja uma tarefa ou um desafio atuais. Se a Igreja lutar pelos Direitos Humanos não só encontrará na sociedade um **kairós** para isso, mas deve estar consciente das particulares condições: que ela, neste esforço, mais do que em qual-

quer outra de suas atividades, deve trabalhar em comum com os homens e instituições de fora, de modo estreito e em plano de igualdade, sem revestir-se de um papel de chefia.

Filósofos, teólogos, historiadores e práticos reuniram neste número de **CONCILIUM** seus esforços a fim de dar uma orientação sobre o assunto em pauta. A primeira parte examina o conceito à luz dos ensinamentos filosóficos, históricos, bíblicos e da história da Igreja. A segunda parte foi dedicada a um diálogo intra-eclesial sobre Direitos Humanos. Trata-se de um posicionamento desse conceito histórico, mas vindo de "fora", nos quadros da Teologia e da Ética, mas também duma procura, infelizmente nem sempre bem sucedida, da realidade dos direitos humanos na vida da própria Igreja. A terceira parte quer mostrar caminhos para a práxis, caminhos que já foram trilhados e caminhos que ainda deverão ser trilhados.

CRISTIANISMO E BURGUESIA, CONCILIUM/145. Volume 5: Teologia Fundamental. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Páginas 152.

Este número de **CONCILIUM** oferece orientações quanto à semântica dos termos **burguês** e **burguesia** e quanto à problemática sociológica e teológica da questão das classes dentro da religião. O estudo em pauta procura mostrar que não existe apenas uma análise crítica marxista, mas também uma análise crítica genuinamente teológica e cristã do mundo burguês e tudo isto a partir de uma perspectiva bíblica. Contribuições sobre as relações que existem entre a religião burguesa e a religião popular no seio do cristianismo, sobre a perda da religião messiânica num cristianismo burguês e sobre os elementos de uma teologia crítica da visão burguesa do mundo, sobre questões específicas decorrentes de certas tradições do judaísmo para as sociedades burguesas e so-

bre os elementos cristãos de uma educação não-burguesa. Por fim trata das controvérsias em torno das teologias burguesas e da legitimação teológica de sua superação. Não é de admirar que os conflitos de opiniões se reflitam de modo particular na temática até agora tão pouco estudada.

CHINA E CRISTIANISMO, CONCILIUM/146. Volume 6: Projeto "X". Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. Ano 1979. Páginas 140.

A consciência cristã se sente questionada pela realidade da nova China, ou seja, perto de 900 milhões de homens, o mais numeroso povo da terra. Já existe toda uma literatura teológica que tenta formular as questões levantadas pela própria existência da China. Após as Conferências de Bastad e de Lovaina, em 1974, que marcaram uma etapa importante, parece que chegou a hora de fazermos um balanço da situação das pesquisas em curso e de abrirmos algumas perspectivas. A idéia deste número de **CONCILIUM** é um **desafio recíproco**. De um lado, a China questiona a Igreja na sua procura eficaz de uma nova humanidade. Mas, do outro, a nova liberdade do homem, cuja testemunha deverá ser a Igreja, questiona o maior povo da terra. Só o futuro nos dirá se o novo ser do homem que a China tem em mira chegará à sua plenitude, graças ao crescimento obscuro do germe cristão. Os primeiros artigos tentam redescobrir a realidade imemorial da China, principalmente segundo sua dimensão religiosa e ética, interrogando-se, em particular, sobre as implicações religiosas do maoísmo. Os demais artigos procuram avaliar até que ponto a China de ontem e de hoje nos leva a uma reinterpretação do cristianismo ocidental. Esses estudos pretendem provar que o encontro do cristianismo com a China estimula a pesquisa teológica nos domínios mais decisivos à nossa compreensão atual do cristianismo.

PUEBLA FALA

DA VIDA RELIGIOSA (VII)

- 755 Desta forma nascem os serviços suscitados pelo Espírito como expressão salvífica de Jesus Cristo que, embora realizados individualmente, são assumidos por toda a comunidade. Urgidos pelo amor de Cristo, são fermento da consciência missionária dentro da comunidade eclesial, ao mostrar-se disponíveis para serem enviados a lugares e situações onde a Igreja necessita uma ajuda maior e mais generosa.
- 756 A riqueza do Espírito se manifesta nos carismas dos fundadores, que brotam em sua Igreja no decorrer de todos os tempos, como expressão da força do seu amor que responde solícito às necessidades dos homens (cf. LG 46).
- 757 A fidelidade ao próprio carisma é, portanto, uma forma concreta de obediência à graça salvífica de Cristo e de santificação com Ele para remir seus irmãos, quer na perspectiva da área educacional, do serviço da saúde social, do ministério paroquial, quer na perspectiva da cultura, da arte, etc. Deste modo faz-se presente o Espírito Santo, que evangeliza os homens com sua riqueza multiforme.

2.3 Opções para uma vida consagrada mais evangelizadora

- 758 Orientados pelos ensinamentos das Exortações Apostólicas **Evangelii Nuntiandi**, **Evangelica Testificatio** e pelo Documento **Mutuae Relationes**, comprometemo-nos a colaborar com os superiores maiores para realizar as seguintes opções:

a) Consagração mais profunda

- 759 Intensificar pelos meios mais convenientes a vivência da consagração total e radical a Deus, que comporta dois aspectos inseparáveis e complementares: entrega e reserva para Deus, generosa e total, e serviço à Igreja e a todos os homens.
- 760 Favorecer o clima de oração e contemplação que nasce da Palavra do Senhor, escutada e vivida nas circunstâncias concretas da nossa história.

Observação: O texto oficial do Documento de Puebla "A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina", tem 1310 números. Destes, 55 estão reservados à Vida Consagrada. Começa no número 721 e termina em 775. Aos poucos, transcreveremos, **ipsis litteris**, estes números. Será preciso ler e reler para surpreender os sentidos subjacentes destas linhas.
